

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ELIANA MARIA PERINI MONTI

**Educação do Campo: uma necessidade para o desenvolvimento
rural das comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas no
Município de Linhares/ES**

São Mateus
2014

ELIANA MARIA PERINI MONTI

Educação do Campo: uma necessidade para o desenvolvimento rural das comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas no Município de Linhares/ES

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional I.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva

São Mateus
2014

M757e

MONTI, Eliana Maria Perini

Educação do Campo: uma necessidade para o desenvolvimento rural das comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas no Município de Linhares/ES. /Eliana Maria Perini Monti. São Mateus, 2014.

80f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2014.

Orientação: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva.

1. Educação do Campo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDD: 370.91734

ELIANA MARIA PERINI MONTI

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA NECESSIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL DAS COMUNIDADES DE JAPIRA
E CHAPADÃO DAS PALMINHAS NO MUNICÍPIO DE
LINHARES/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 14 de Novembro de 2014.

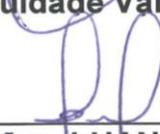
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. JOSÉ GERALDO FERREIRA DA SILVA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.ª. Msc. LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. RODOLFO CHAVES
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo auxílio cognitivo em situações em que o desafio era organizar as discussões pertinentes à educação do campo com proposta e possibilidades de desenvolvimento da região.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva, pela disponibilidade, atenção e por todas as contribuições enriquecedoras à elaboração dessa dissertação.

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional, em especial, meu esposo Edgar, filho Victor e minha mãe Arlete, que entenderam minha ausência em vários momentos e pelo amor e compreensão nos momentos difíceis.

Aos meus amigos, por todo carinho, compreensão e paciência e incentivo na trajetória dessa conquista.

À Secretaria de Educação Municipal de Linhares/ES, pelas questões educacionais e autorização de dados estatísticos e de escolas para estudo.

Às representações do Sindicato Rural de Linhares/ES Senar, Incaper e Associação de Moradores das duas comunidades em estudo.

RESUMO

MONTI, E. M. P. Educação do Campo: uma necessidade para o desenvolvimento rural das comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas no Município de Linhares/ES. 2014. 65 f. Dissertação (Mestrado profissional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2014.

A educação do campo tem conquistado papel importante na sociedade civil organizada e, a partir de políticas públicas, tem oportunidade de ampliar sua produção e melhoria na qualidade de vida. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é promover o desenvolvimento sustentável rural por meio de programa de educação continuada no campo no município de Linhares/ES. A pesquisa foi desenvolvida em duas comunidades que estão inseridas na zona rural do município de Linhares/ES. Tratamos de um estudo bibliográfico com participativa enfatizando a organização do sistema educacional brasileiro e suas orientações para o desenvolvimento da educação do campo. Com esse enfoque, apresentamos a organização do sindicato do produtor rural e parcerias descrevendo algumas iniciativas e inovações desenvolvidas para a realização das ações do projeto, ressaltando a política pública de educação do campo, em nível local. A pesquisa também tem, como foco de interesse, buscar o entendimento e as formas de ampliar o ensino com escola de tempo integral, escola agrícola que proporcione qualidade do ensino e aprendizagem do meio rural. Entre os diversos dados obtidos pela pesquisa, destacamos os anseios da comunidade rumo ao desenvolvimento. Como meta de trabalho e para que todas as ações em desenvolvimento tenham sustentabilidade, o sindicato do produtor rural tem formas legais para dar continuidade e implementação dos planos educacionais do meio rural do município. Esta pesquisa conclui que a expressiva expansão da rede de educação do ensino regular e profissional brasileira proposta para a região, bem como o projeto de capacitação verificado no período atual, apesar de representar um avanço em relação ao desenvolvimento da região, não apresenta um projeto de ruptura.

Palavras-chave: Educação do campo. Desenvolvimento sustentável. Políticas públicas.

ABSTRACT

MONTI , E. M. P. Rural Education: a need for rural development Japira communities and “Chapadão das Palminhas” in the city of Linhares / ES . 2014. 65 f . Dissertation (Professional Master) - “Vale do Cricaré” College , São Mateus, 2014 .

The rural education has achieved an important role in civil society and being initiated by public policies, it has the opportunity to expand production and improve quality of life. Thus, the objective of this research is to promote sustainable rural development through continuing education program in the country part of Linhares / ES . The research was conducted in two communities that are located in rural Linhares / ES . We deal with a bibliographic study emphasizing the organization of the Brazilian educational system and its guidelines for the development of rural education. With this approach , we present the organization of the union of farmers and partnerships describing some initiatives and innovations developed for the achievement of project actions, emphasizing the public policy of rural education at the local level. The research also focuses on understand ways to expand the teaching to full-time school, agricultural school that provides quality of teaching and learning of the countryside . Among the various data obtained from the survey, we highlight the concerns of the community towards development . As a working goal and that all actions in development have sustainability, the union of farmers have legal ways to continue the implementation of educational plans of the rural municipality field. This research concludes that the significant increase in regular education and Brazilian professional education proposed for the region , as well as the capacity building project seen in the current period despite representing a breakthrough in relation to the region , not a rupture project.

Keywords: Education field. Sustainable development. Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização das comunidades rurais da Japira e do Chapadão das Palminhas, selecionadas para esta pesquisa.....	43
Figura 2 – Detalhes da reunião do DRP mostrando a participação efetiva no diagnóstico.....	47
Figura 3 – Detalhes dos participantes na finalização da reunião, consolidando os dados obtidos.....	47
Figura 4 – Indicador de distorção da idade-série para as escolas de Anos Iniciais do Espírito Santo entre os anos 2006 e 2013.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Valores dos indicadores do Ideb para as escolas públicas estaduais e municipais localizadas no município de Linhares.....	50
Tabela 2	– Número total de matrículas por nível de ensino da Rede Municipal de Ensino de Linhares, no ano de 2014.....	53
Tabela 3	– Desempenho Escolar das Escolas da Japira e do Chapadão das Palminhas de Linhares, no ano de 2013, para o Ensino Fundamental e Anos Iniciais de 1º ao 5º ano.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo do diagnóstico elaborado a partir do DRP com a Comunidade de Japira.....	56
Quadro 2 - Resumo do diagnóstico elaborado a partir do DRP com a Comunidade de Chapadão das Palminhas.....	59

LISTA DE SIGLAS

LDB/LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PRONERA	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
MEB	- Movimento de Educação de Base
CPC	- Centro Popular de Cultura
MCP	- Movimento de Cultura Popular
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
TAMAR	- TArtaruga MARinha
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SUS	- Sistema Único de Saúde
CEDTEC	- Centro de Especialização e Desenvolvimento Técnico
CETEC	- Centro Educacional e Técnico
IFES	- Instituto Federal do Espírito Santo
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UNOPAR	- Universidade Norte do Paraná
FACELI	- Faculdade de Ensino Superior de Linhares
SECAD	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
ONG	- Organização não Governamental
GEOBASES	- Sistema Integrado de Bases Georreferenciadas do Estado do Espírito Santo
DRP	- Diagnóstico Rural Participativo
FOFA	- Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
UFES	- Universidade Federal do Espírito Santo
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
SEME	- Secretaria Municipal de Educação de Linhares/ES
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

INCAPER	- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
PRONACAMPO	- Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROINFO	- Programa Nacional de Informática na Educação
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
SEAG	- Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SEG	- Secretaria de Estado de Governo
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
RACEFAES	- Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em alternância do Espírito Santo
MEC	- Ministério da Educação
MEPE's	- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 Geral.....	18
1.2.1 Específicos.....	18
2 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MEIO URBANO E NO MEIO RURAL.....	19
2.1 PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO.....	23
2.2 DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LINHARES.....	27
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	31
3 METODOLOGIA.....	42
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	48
4.1 DIAGNÓSTICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS COMUNIDADES DE JAPIRA E CHAPADÃO DAS PALMINHAS.....	48
4.2 RESULTADOS DO DIAGNÓTICO RURAL PARTICIPATIVO.....	54
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS LIGADAS AO CAMPO.....	61
4.4 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	66
4.4.1 Ações em Fase de Implantação após a Pesquisa.....	68
4.4.2 Propostas Pedagógicas na Educação Básica.....	70
4.4.3 Proposta da Educação do Campo Jovens e Adultos.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES.....	75
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na educação do campo, a partir dos anos de 1990 no mundo do trabalho, trazem novos desafios para os diversos setores de produtos e serviços. Faz-se necessário uma reestruturação da cadeia produtiva para atender as novas exigências de competitividade que marcam o mundo globalizado. São exigidos, cada vez mais, novos mecanismos e novas formas de gestão, além de um redirecionamento das políticas públicas, principalmente no âmbito educacional, em seus diversos níveis.

Os avanços científicos e tecnológicos no mundo contemporâneo trazem novas exigências na prática docente. O professor convive, nos dias de hoje, de um lado, com demandas de modernidade, com uso de novas tecnologias e recursos pertencentes ao arsenal científico e cultural da humanidade e, de outro, com demandas de valores éticos e postura solidária. Por isso, necessita estar atualizado não apenas nos conteúdos que leciona, mas, sobretudo, conectado com os acontecimentos que marcam a nossa civilização.

Essa realidade, por um lado, intensifica a busca de conhecimentos e propicia um nível de informações jamais visto. A não utilização desses conhecimentos, na prática pedagógica, dificulta um ensino com mais qualidade. Sabe-se, portanto, que é necessária uma reavaliação da práxis pedagógica. A escola de hoje precisa adequar-se a práticas educativas e metodológicas que atendam as novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas.

A educação está diretamente relacionada ao desenvolvimento humano, à luta por uma transformação social e econômica, pois “Tratar de educação no Movimento é tratar da escola, ainda que um conceito e uma significação bastante diferenciados em cada momento de sua história” (CALDART, 2004, p. 223).

A educação básica no Brasil tem se expandido nas últimas décadas e, com isso, uma nova demanda se impõe nesse novo cenário: uma educação de qualidade para todos. Pensar em uma educação de qualidade para todos requer conhecer a população em sua faixa etária específica, seu contexto socioeconômico, seus interesses e necessidades. Uma gama de possibilidades se abre nessa perspectiva, incluindo-se a população urbana, os povos indígenas, ribeirinhos, assentados e os que residem no campo.

Para que seja efetivamente implantada uma educação de qualidade para todos no interior das escolas do meio rural, é preciso repensar a forma como a escola se organiza, seus tempos e espaços, respeitar e valorizar os modos de vida dos alunos, os ciclos de produção local. Para isso, é necessário que transformemos o ensino para tornar os alunos da educação no campo profissionais capacitados, aptos a atuarem na educação do campo, que contemplem currículos, metodologias, calendários, dentre outros, adequados a essa demanda.

Para garantir uma transformação social, coloca-se em questão a docência e a formação inicial do professor do campo, já que são eles os atores principais no processo ensino e aprendizagem que deverão propor formas de organização da Educação do Campo numa possibilidade concreta de mudança no cenário das escolas do campo.

O problema é que a ideia de desenvolvimento predominante concebe o desenvolvimento apenas como crescimento econômico, gerando desarmonia desde a ordem socioeconômica até a ambiental. É, nesse modelo, que se situa a agricultura convencional ou não campesina que está levando “à destruição do mundo em que vivemos”. Há menos de 50 anos, a humanidade destruiu 1/3 dos recursos naturais do planeta; 60% da água utilizada são destinados à irrigação e existem regiões do mundo em que até a água dos lençóis freáticos não é mais potável, pois está contaminada por toxinas geradas por esse modelo de desenvolvimento (SOPRANI, 2009, p. 77).

O desenvolvimento das regiões brasileiras tem a proposta de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país e distribuindo as atividades produtivas de cada região.

O desenvolvimento, no norte do Estado do Espírito Santo, com grandes projetos industriais, tem exigido mão-de-obra qualificada e existe grande preocupação, por parte dos gestores públicos e privados, em organizar cursos específicos para funções que exigirão condições mínimas a um aprendizado específico. Dessa forma, urge, no meio rural, que os espaços escolares existentes sejam capazes de proporcionar aos egressos sua inclusão nesse processo econômico.

Dessa forma, a população busca engajamento ativo na elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento, envolvendo os entes

federados, as forças sociais relevantes e os setores produtivos, propondo ações e programas que sejam implantados e capazes de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais.

1.1 JUSTIFICATIVA

O resgate da importância da educação como processo formativo do ser humano tem constituído um movimento de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, visto que as políticas educacionais, bem como os currículos, são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, não reconhecem as especificidades do campo.

Muitas leis são propostas e aprovadas para a adequação da escola à vida do campo, porém o currículo escolar não atende o contexto da identidade e cultura de quem vive no campo. Ainda é primordial refletir sobre propostas pedagógicas acerca da realidade local.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. nº 13, a formação continuada do professor é uma exigência dos novos tempos, expressa um compromisso com os avanços da ciência, da civilização, da cidadania e, por isso, ainda é um desafio para muitos (BRASIL, 1996, p. 6).

O Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que “Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA” (BRASIL, 2010), é atual e atende especificamente a educação do campo.

Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a educação básica no país, observarão o processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo.

Em última análise, percebe-se que a reorganização da escola não supõe apenas uma adesão ideológica seguida de uma passagem ao ato. Depara-se, portanto, com um problema de nível de formação dos professores e, sobretudo, com a questão da sua profissionalização.

A educação do campo é uma necessidade no contexto atual e deverá contribuir ainda mais para o desenvolvimento no município de Linhares/ES, uma vez

que cria objetivas possibilidades de ampliação de acesso, permanência e desenvolvimento local. Dessa forma, para que a educação do campo se torne efetiva, é preciso repensar o modo como as escolas do campo estão organizadas, seu currículo, paradigmas e pedagógicos, bem como o calendário escolar.

Uma vez garantido uma educação de qualidade para todos no meio rural, cria-se oportunidade para que os moradores produzam conhecimentos no lugar onde vivem, valorizando e ampliando as possibilidades de crescimento em sua região.

A formação do ser humano tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores em função de ser a base no desenvolvimento do homem. Investir na formação plena do ser humano previne alguns desajustes na vida futura em sociedade. A educação cumpre um papel social e político nesse processo, porém as políticas educacionais e os currículos, de um modo geral, são direcionados para um desenvolvimento padronizado e apenas recomendam a adaptação das propostas da escola de acordo com a localidade. O que se tem, então,

[...] a partir da década de 1950, é a gestação de um discurso urbanizador que enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural (SILVA, 2000, p. 4).

Acredita-se que a escola pode ser agente transformador da sociedade, contribuindo com o desenvolvimento. Porém, as ações governamentais assumem um papel passivo, atendendo as situações emergentes diante das reivindicações do povo que sofre as consequências dessa desigualdade.

É possível afirmar que organismos nacionais - normalmente não governamentais - organismos internacionais, segmentos representativos de interesses da sociedade civil se arvoram em um processo de denúncias e buscas de alternativas à forma de condução do desenvolvimento centrado no crescimento econômico. A economia, a ecologia, e o próprio processo de desenvolvimento se tornam problemas de responsabilidade de todas as nações (SILVA, 2000, p. 5).

Com a preocupação da degradação da natureza, a sociedade civil busca, por meio de denúncias, alternativas de conservação das espécies devido à intensificação da produção industrial acelerada, ou seja, o desenvolvimento como crescimento econômico torna-se exploração dos recursos existentes na natureza.

Mas a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para

que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2000, p. 7).

O desenvolvimento dos territórios deve ser por meio de diagnósticos, pois a demanda requer projeto com ações pertinentes à necessidade de cada localidade. A escola e os espaços extraescolares, no campo, dão oportunidade local de aprendizagem e, com a ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, inclui os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida (SILVA, 2000).

Portanto, a educação deve ser eficiente para a construção de novos parâmetros de desenvolvimento na educação escolar do campo, para assim cumprir o seu papel histórico e social, com propostas de ensino de qualidade e formação de professores que contribuam nas especificidades camponesas.

Nesse contexto, a sociedade civil tem proporcionado grandes investimentos no campo, porém a maioria dos moradores e proprietários não tem o conhecimento das inovações e leis que contribuem para o aumento de sua produtividade, gerando renda e benefícios para sua permanência em seu local de origem, buscando alternativas na zona urbana.

Assim, a população aumenta nos centros urbanos, gerando ainda mais a desigualdade social, enquanto o campo perde a oportunidade de produzir o que é necessário à população, sustentabilidade e renda financeira para o sustento da família e gerando maior qualidade de vida aos camponeses.

Sendo assim, uma escola de qualidade, com profissionais capacitados no interior de Linhares, pode gerar condições positivas para que os jovens se instruam e, posteriormente, se qualifiquem em cursos técnicos, profissionalizantes e superiores, gerando, portanto, mobilidade social para a região.

Dessa forma, é necessária a capacitação dos moradores do campo, em Linhares, para que proporcionem aos egressos sua inclusão no processo econômico, pois o homem do campo deve ser estimulado a desenvolver atividades com treinamentos para que possa ser qualificado e garantir o suprimento de cultivo de especificidades do campo necessário à vida urbana.

1.2 OBJETIVOS

Neste trabalho, o enfoque foi a respeito da necessidade e importância de uma educação voltada para a população que reside no meio rural, denominada de educação do campo. A especificidade da educação do campo deve estar associada à produção de vida, do conhecimento e da cultura local, apontando ações para uma escola de qualidade e para a formação de professores que reconheçam a realidade vivencial dessa população. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1.2.1 Geral

- ✓ Promover o desenvolvimento sustentável rural por intermédio de programa de educação continuada, no campo, no município de Linhares/ES.

1.2.2 Específicos

- ✓ Conceituar educação do campo como fator de desenvolvimento sustentável no município de Linhares;
- ✓ Realizar um diagnóstico da realidade da educação nas comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas em Linhares/ES;
- ✓ Levantar as principais ideias e práticas vigentes na educação do produtor rural, nas comunidades em estudo;
- ✓ Propor ações que colaborem para um sistema de educação continuada nas comunidades em estudo.

2 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MEIO URBANO E NO MEIO RURAL

A educação, no mundo contemporâneo, abrange as dimensões no campo social, econômico e cultural, sendo eles responsáveis em relacionar as diferentes linhas de pensamento em que consiste a educação. É enxergar as minorias como parte desse sistema no sentido de valorizar a diversidade; deve-se ressaltar que as minorias são parte integrante desse sistema, por isso se deve valorizar a riqueza desses grupos sociais.

É importante reconhecer que, além desses fatores, o cognitivo também coopera, proporcionando o sucesso escolar, e entender a intensidade das mudanças que assolam o mundo como um todo, em todos os campos: econômico, tecnológico e social. Para isso, faz-se necessário ir além dos muros da escola, possibilitando acesso às informações pertinentes à sociedade contemporânea.

Segundo Tardif (2002, p. 18) “[...] agora nós estamos numa sociedade da informação ou do conhecimento, mais do que numa sociedade dos serviços orientados para produtos materiais”. Dessa forma, a informação e o conhecimento são peças fundamentais para que a sociedade esteja em movimento, pois o direito à informação permite ao indivíduo sua obtenção, sua produção e sua circulação.

A educação brasileira deve planejar ações contemplando a diversidade, pluralidade e suas especificidades, porque somente dessa forma atende-se a demanda de todos, pois “[...] para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que o constituem [...]” (BRASIL, 2001, p. 15).

Pesquisas realizadas nas mais diversas áreas defendem uma educação voltada às especificidades do campo, alegando que o ensino oferecido aos habitantes e/ou trabalhadores do meio rural não passa de uma educação “urbanizada”, ou seja, centrada no contexto dos centros urbanos (EVANGELISTA, 2005).

Nessa perspectiva, não há um só ideal que perpassa no país. Na educação, não é possível pensar em uma única proposta pedagógica, um único currículo, uma única formação pedagógica para nossos educadores e um único conhecimento que perdure em uma região em desenvolvimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) contemplam, além das disciplinas obrigatórias – Português, Matemática, Ciências etc. – temas transversais, que surgem devido ao “compromisso com a construção da cidadania”, para isso, torna-se necessário uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. São eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, “[...] que contemplem sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais [...]” (BRASIL, 2001, p. 29).

Reconhecer a existência dessa diversidade humana é o primeiro passo para a construção de um ideal de educação e, conseqüentemente, de uma prática que exerça esse ideal. Esse contexto pode ser a família, a escola, a igreja, a fábrica e outros segmentos sociais.

Portanto, segundo Rodrigues (2009, p. 28), “A ‘sociedade’ é então, internalizada pelos sujeitos e exteriorizada em seus atos, respeitando a ordem social”. A partir da interação entre os indivíduos, da ação e reação das consciências particulares, emerge uma nova realidade, uma consciência coletiva.

O ensino oferecido à população rural tem sofrido com o descaso de políticas públicas, de ações que contemplem as particularidades dessa população, que vive e/ou trabalha nos meios rurais de nosso país. Portanto, conhecer a trajetória histórica do sistema educacional brasileiro é o primeiro passo para compreender o rumo que ele tem tomado e qual o direcionamento dado a essa modalidade de ensino.

Rodrigues (2009) destaca que, no percurso da educação brasileira, nos primeiros séculos do Brasil colonial, a educação era oferecida exclusivamente pelos jesuítas, que tinham como objetivo primordial a evangelização e expansão da religião católica nesse novo mundo emergente. Era uma educação ofertada à classe dominante, ou seja, aos filhos dos senhores de engenho. Não era contestável sua serventia, uma vez que qualquer coisa era melhor do que a cultura de povos primitivos, considerados inferiores, como os índios.

A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, marca a segunda fase da educação brasileira. Novamente a preocupação concentrava-se na oferta de ensino à elite, criando escolas superiores a fim de aprimorar a cultura dessa classe. Mas ainda assim, a elite brasileira enviava seus filhos para estudar na Europa, para que tivessem a melhor formação possível.

Com a Independência do Brasil, a educação passa a ocupar um lugar de destaque, de prioridade, uma vez que educação e progresso passaram a ser entendidos como sinônimos. A educação popular passa de dispensável a sinônimo de liberdade e riqueza, porém não conseguiu transpassar a barreira ideológica, permanecendo no discurso do governo. Mas, com o decorrer dos anos, o Brasil Império começou a encarar a importância da instrução de seu povo para o alcance de uma nação próspera e desenvolvida (RODRIGUES, 2009).

A assistência técnica agropecuária emergiu em meio às discussões sobre educação popular. A diferença entre sistema educacional urbano e rural era proporcional à população que se instalava em cada meio. Isso acarretou um verdadeiro fracasso da educação rural, surgindo a necessidade de uma proposta educacional que respeitasse as especificidades e necessidades das populações camponesas.

Com a Constituição de 1891, a educação da elite priorizava o ensino superior, enquanto que, para o povo, restavam as escolas primárias e as escolas profissionalizantes, o que já era executado desde o Império, porém, a partir de então, torna-se oficial. O governo organizava o ensino de acordo com seus interesses, dificultando avanços no sistema educacional (RODRIGUES, 2009).

As mudanças ocorreram com a I Guerra Mundial, inclusive na área educacional. A década de 20 é marcada pelo pensamento de educadores que acreditam e defendem um ideal de uma escola renovada, que ofereça uma educação de qualidade, não apenas para as classes dominantes, como também para as classes populares (FERREIRA; BRANDÃO, 2011).

Nesse mesmo tempo, acontece a luta pela universalização do ensino elementar e os atributos da Escola Nova. A educação passava por um momento de ebulição, de muitas lutas e mudanças de cunho quantitativo e qualitativo, porém os sujeitos do meio rural não foram agraciados com essas modificações, tendo suas necessidades ignoradas pelo poder público. As escolas oferecidas às populações rurais eram isoladas, improvisadas, multisseriadas e com professores leigos (RODRIGUES, 2009).

Após a Revolução de 1930, o governo passa por inúmeras reformas que, no entanto, continuavam excluindo a população camponesa, pois as escolas se concentravam onde houvesse maior densidade demográfica, ou seja, no meio urbano. Diante disso, surge o interesse do governo em direcionar ações que

atendessem as necessidades educacionais do homem do campo, mas, na verdade, atendiam aos interesses do governo e não da população rural (RODRIGUES, 2009).

De acordo com Klein (2013, p. 22)

Diante dessa conjuntura, analisamos que a educação para os povos do campo, para os negros, os pobres e os índios era símbolo de negação, inexistência desde a colonização do Brasil pelos portugueses até meados do século XX, não exercendo prioridade e relevância, era uma educação para a elite econômica e intelectual brasileira.

A educação dava prioridade às classes dominantes e os burgueses exploravam mão-de-obra da classe trabalhadora. A partir dos movimentos sociais defendendo essa classe, começa o fortalecimento dos movimentos educacionais.

Na década de 1960, surgem movimentos educacionais e culturais relevantes como o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPCs) e os Movimentos de Cultura Popular (MCP), que foram os grandes protagonistas das ações de várias tendências e grupos de esquerda preocupados com a problemática cultural das classes trabalhadoras.

Contudo, em 1964, o Golpe Militar desativa esses movimentos de conscientização popular, considerados subversivos, e penaliza os líderes, resultando na desarticulação e suspensão de ações e iniciativas por parte desses movimentos. O único que permanece é o MEB, apesar de diminuir suas atividades e mudar de orientação (KLEIN, 2013).

No início da década de 1980, o regime militar dava sinais de enfraquecimento, entrando, em curso, o lento processo de democratização. Intermediado por organizações da sociedade civil, especialmente daquelas ligadas à educação popular, à Educação do Campo, tornou-se tema nas pautas para o processo de redemocratização do país.

Pode-se enfatizar que, após a promulgação da Constituição de 1988 e da LDBEN 9394/96 e com o propósito de se alcançar uma educação para todos, de qualidade, universal, que atendesse os anseios dos povos camponeses e que levasse em consideração seus contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como seus saberes, fazeres, modo de vida e de produção, diferentes movimentos surgiram no final da década de 1990 que empreenderam fervorosos debates em torno da Educação Pública para os povos do campo; eles aconteceram desde a década de 1930, a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (KLEIN, 2013).

Sendo assim, a educação é um processo contínuo com o propósito de se alcançar uma educação para todos, de qualidade, universal, que atendesse aos anseios dos povos campestres, considerando seus contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como seus saberes, fazeres, modo de vida e de produção.

2.1 PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO

Em um contexto globalizado, o conceito de região ganha diferentes contornos. Assim, conforme afirma Santos (1988, p. 17):

Hoje, a noção de região inclui-se num contexto maior, onde, também, não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; assim também como não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade-campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma.

Ainda segundo Santos (1988, p. 19):

Durante alguns séculos, campo e cidade interagiam mutuamente, mas com o processo que se inicia com as grandes navegações e consolida-se com a revolução industrial, não é mais possível ficarmos imunes às mudanças e continuarmos com os mesmos conceitos e classificações hierárquicas. Quando Lisboa, Londres etc., têm relações intensas com áreas distantes, de onde vem grande parte de suas riquezas, é pouco falarmos apenas em uma cidade que tem um campo do qual depende e vice-versa, ou antes, é incorreto. As relações com áreas longínquas ao campo imediato passam a ser uma constante, e mesmo uma necessidade. Mas a noção antiga perdurou e mesmo hoje, quando a vida rural às vezes se torna quase autônoma em relação à próxima cidadezinha, ainda encontramos incorretamente mencionado o tipo clássico de relações entre cidade e campo.

Soprani (2009, p. 77) explica que, “Quando se fala em desenvolvimento, o primeiro passo é reconhecer que nenhuma sociedade consegue extrair o seu melhor sem incorporar em suas ações e políticas o conceito de relações, portanto, a formação de redes de interesses”.

Nesse percurso histórico rumo ao desenvolvimento, há uma grande necessidade de entender como se dá a relação entre campo e cidade nos tempos atuais, pois, a partir desse contorno, podem-se definir as ações que requerem políticas que contribuam para esse processo.

Contudo, “[...] uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital [...]” (JESUS, 2012). A expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas

econômicas, porém as comunidades camponesas têm menor poder de decisão na determinação das políticas. A política de desenvolvimento e a forma de expansão do território colocam em disputa o mesmo espaço geográfico (municipal, estadual, nacional), formando a multiterritorialidade.

Nessa dimensão, o campesinato, não suprimido pelo capitalismo, constitui-se também como território, fonte de saberes ao campo e à cidade. Capitalista ou não, ele se coloca como um dos fundamentos a ser apropriado pela concepção de Educação do Campo. Nesse aspecto, como afirma Molina (2008), a Educação do Campo nasce comprometida com a transformação das condições de vida do povo brasileiro que vive no campo. Sua preocupação é elevar os níveis de escolarização dos sujeitos do campo e, simultaneamente, contribuir para promover mudanças estruturais nesse território, cuja vinculação com a cidade é inexorável.

Entre as décadas de 1970 e de 1990, com a aprovação da LDBEN, mudanças ocorreram na educação. Nessa legislação, no que tange à educação rural, retrata, no Artigo 28, as adaptações necessárias à oferta da Educação Básica para a população rural, defende a necessidade de adequação às particularidades desses sujeitos que vivem e trabalham no campo, o que significa, portanto, apropriação dos conteúdos curriculares e metodologias, adequação do calendário escolar e da natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 11). Nesse ponto, não se pode afastar o papel dos governantes que, entre tantos desafios, devem buscar e conhecer as características de seus municípios, dentro de uma sistemática de relações políticas, econômicas socioambientais.

O Censo Agropecuário 2006 identificou o total de pessoal ocupado no campo brasileiro, a agricultura familiar responde por 74,7%, sendo proprietário, enquanto 5,6% eram produtores sem área. Outros desses produtores se declararam na condição de assentado, arrendatários, parceiros ou ocupantes. E, no aspecto da produção, a agricultura familiar também se mostra muito mais eficiente, uma vez que a maioria dos alimentos que chegam até o mercado é produzida por ela, como o feijão (70%) e o leite (58%), considerando ainda que, no caso deste último, a área ocupada por pastagens, na agricultura familiar, é bem menor que a não familiar. Juntando toda a produção de alimentos no Brasil, mesmo a parte que é exportada, a agricultura familiar responde por quase 70% do seu total geral conforme dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE, 2006). Para que o aumento do cultivo de produtos da terra se estabeleça por meio da agricultura

familiar, é importante que os pequenos produtores rurais conheçam os programas federais que subsidiam a viabilidade do acesso a financiamentos e incentivos. Isso, além de aumentar a produção, garante maior rentabilidade para todo homem do campo.

Ao analisar esses dados, emerge a impressão de que os dois modelos agrícolas estão localizados de maneira uniforme em nosso território. Todavia, não é bem assim. As regiões mais planas, sobretudo no Norte do nosso Estado, a concentração da terra e o modelo não familiar é significativamente predominante, enquanto nas regiões mais acidentadas, como é o caso da Região Sul/Serrana, é predominante o modelo de agricultura familiar. Conforme menciona Soprani (2009, p. 77):

As grandes monoculturas se instalam massivamente nas regiões de topografia plana, devido à facilidade de explorar o solo nessas áreas. Daí, o interesse de expurgar os camponeses (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) de suas áreas para implantar o modelo agro-exportador.

A agricultura convencional, por meio do modelo agrícola de monoculturas, destaca-se na região, explorando mão-de-obra dos pequenos agricultores, induzindo o uso excessivo de agrotóxico, ficando dependente do pacote tecnológico determinado pelo capital estrangeiro, que produzem desde os cancerígenos agrotóxicos até os “remédios” para o câncer, fechando, assim, o seu ciclo comercial (SOPRANI, 2009).

Os camponeses, por sua vez, ou foram estimulados a colonizar as regiões mais acidentadas, ou foram encurralados principalmente pela monocultura da cana e do eucalipto, como é o caso dos indígenas, quilombolas e também agricultores familiares (SOPRANI, 2009, p. 77).

Soprani (2009, p. 77) explica que “Agricultura camponesa, neste caso específico, de caráter de produção familiar, é mais do que um modelo de produção econômica”. É um jeito de viver no mundo e de conceber o mundo, onde as relações entre os seres humanos e deste com a natureza acontecem de forma mais harmoniosa.

Como assegura Foerste (2008, p. 111), encarnada no movimento, Educação do Campo, é práxis dialética,

[...] em que se exercita a autocrítica, ao mesmo tempo em que se busca apurar, numa postura permanente de reflexão, o olhar para novas leituras, articuladoras de práticas de interpretação e transformação coletiva do mundo, estes referidos a saberes, tempos e lugares das lutas dos oprimidos.

É dessa forma que a escola pode ajudar o trabalhador do campo a se preparar para viver no mundo, transformando-o. O que não implica que a educação do campo deva exclusivamente trabalhar no sentido de fixar ali o homem, mas também com a finalidade de prepará-lo para ser sujeito transformador no e do mundo. A escola parte de onde o estudante se encontra, da concretude de sua realidade, para colocá-lo como parte de uma sociedade transformadora e libertadora.

Para cumprir tal papel, não basta ter boa vontade, é preciso ter uma concepção epistemológica crítica e uma dinâmica metodológica dialética que possibilite a integração entre os aspectos múltiplos que compõem a formação do ser humano e que toma como ponto de partida a aprendizagem, em vista do acúmulo dos conhecimentos socialmente produzidos.

Antes da idade moderna, praticamente não existia escola, e as que existiam, serviam, sobretudo, às classes dominantes, ou seja, àqueles que governavam ou, de alguma forma, participavam diretamente dos governos.

Na Constituição Federal de novembro de 1937, a educação rural não é citada diretamente e existem elementos que nos indicam que a educação no Brasil não priorizaria o trabalhador do campo. A orientação político educacional para o mundo capitalista fica bem explícita, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado – a industrialização (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 6).

De acordo com as explicações de Soprani (2009, p. 77) “A escola pública só passa a fazer parte dos planos de governo a partir do século XVIII, com a ascensão da indústria”. Os trabalhadores das fábricas, agora operários e não mais camponeses, precisavam ter noções básicas das ciências para serem mais eficientes em seus trabalhos; assim, surge uma escola a serviço da indústria urbana. Afinal, a indústria precisava que a maioria dos camponeses migrasse para a cidade para aumentar a disponibilidade de mão-de-obra nessa nova atividade. Essa mesma escola se estende para o campo, porém sem atender as peculiaridades do local onde estão inseridos. Em meados do século XX, com a revolução verde, os governos, a serviço do capital, preocupam-se em preparar mão-de-obra especializada para um novo tipo de indústria: a indústria rural.

“Esse tipo de educação escolar, com formação técnica, para uma parte dos jovens camponeses, não cumpriu o papel de protagonizar as categorias camponesas”, pois, apesar de seu caráter de formação agropecuária, não tomava como ponto de partida a realidade concreta do povo do campo e nem tinha esse

objetivo. Chama-se a essa escola de Educação Escolar “para” o campo (SOPRANI, 2009, p. 77).

A implementação da LDBEN (9394/96) aponta, especificamente, nos artigos 23, 26 e 28, questões pedagógicas, curriculares e organização escolar que respeitam as singularidades, especificidades e as diversidades existentes nas escolas do campo.

É claro que a educação é muito mais abrangente do que a escola, mas se a agricultura camponesa se mostra eficiente na construção de um novo parâmetro de desenvolvimento, é preciso que a educação escolar do campo cumpra seu papel histórico e também caminhe nessa direção.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LINHARES

O município de Linhares, no Espírito Santo, está localizado na região norte e que, segundo o IBGE (2010), conta com uma população de 141.306 habitantes e área da unidade territorial de 3.504,14 (km²); está a 130 km de Vitória; limita-se, ao norte, com São Mateus, Sooretama e Jaguaré; ao sul, com Aracruz; a oeste, com Rio Bananal, Marilândia, Colatina e João Neiva; e, a leste, com o Oceano Atlântico. Ele está localizado numa região conhecida como “Baixo Rio Doce”.

Em 2005, o município passou a ser constituído de cinco distritos: Linhares, Bebedouro, Desengano, Regência e São Rafael. De acordo com IBGE (2010), em divisão territorial, o município de Linhares/ES, atualmente, constitui-se em sete distritos: Linhares, Bebedouro, Córrego D'água, Desengano, Regência, São Jorge da Barra Seca e São Rafael.

O Norte do Estado do Espírito Santo está em franco desenvolvimento no campo do comércio, da indústria, na atividade portuária de exportação e, principalmente, no campo de produção de celulose e extração de petróleo e gás (LINHARES, 2012).

A ocupação real do município de Linhares começou a ganhar vulto, com o início do cultivo do cacau. Com a abertura das vias de comunicação, a partir de 1937, o processo acelerou gradativamente até receber o impulso final depois do asfaltamento da BR 101, na década de 1970 (LINHARES, 2012).

Linhares tem crescido acima da média estadual e nacional, tanto econômica quanto populacional, de acordo com dados do IBGE (2010). A população que residia em Linhares, no ano de 2000, era de 112.617 habitantes, enquanto que a de 2010 foi estimada em 141.306 habitantes. Na zona urbana, concentra-se 121.567, 109.157 deles residem na sede municipal, atingindo 100%; os 19.739 residentes na zona rural.

A cidade conta com 11 agências bancárias e sua economia fundamenta-se em bases ligadas às atividades da agricultura, da pecuária, do comércio, das indústrias e da extração de petróleo e gás, sobre os quais são fornecidas outras informações a seguir (LINHARES, 2012).

No que se referem à agricultura, as culturas predominantes no município são: café, cacau, cana-de-açúcar, feijão, milho, borracha, banana e mamão. Merecem destaque as empresas produtoras e exportadoras de frutas, como mamão e maracujá, cuja participação na geração de empregos e na economia local é cada vez mais significativa. O município de Linhares se firma como maior exportador brasileiro de mamão para a Europa e Estados Unidos. São cultivados em menor escala: limão, maracujá, tangerina, manga, goiaba, laranja, coco e banana (LINHARES, 2012).

No segmento industrial, destacam-se as empresas do ramo moveleiro, alimentício, de beneficiamento de cacau e café, confecção, de produção de álcool e metal mecânico entre outros (LINHARES, 2012).

O Polo Moveleiro está entre os seis mais importantes do país, projetando o município em níveis nacional e internacional. No segmento alimentício existem indústrias no ramo de abate de aves, de coco e de sucos, sendo esta última de referência nacional e internacional. Conta ainda com pequenas indústrias de aguardente, de laticínios, de extração de polpas de frutas e de farinha (LINHARES, 2012). A indústria de confecções está em fase de franco crescimento, com algumas empresas que vêm se destacando em nível nacional, sobretudo na produção de roupas em jeans.

Quanto à produção de álcool, o município conta com uma empresa que produz uma média mensal de 4,5 milhões de litros de álcool combustível. No setor metal mecânico, destacam-se indústrias responsáveis pela fabricação de tubos de aço, perfis estruturais e telhas, além de torres de linhas de transmissão de energia. As indústrias desse setor atendem ao mercado, fornecendo produtos para empresas

de grande porte tais como: Aracruz Celulose, Petrobrás e Cia., Docas do Estado do Espírito Santo (LINHARES, 2012).

No ramo de recursos minerais, Linhares vem se destacando com a exploração das bacias petrolíferas, ressaltando o complexo da Lagoa Parda/Petrobrás, situada a 55 Km do centro de Linhares, no distrito de Regência. Há também exploração de gás natural em uma reserva com estimativa de 1,25 bilhões de metros cúbicos, localizada em Cacimbas (LINHARES, 2012).

Outro setor de destaque, no município, é o terciário, que tem ampla participação na economia, com mais de 50% na arrecadação municipal, totalizando, aproximadamente, 1.168 estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas, e 845 empresas de serviço (LINHARES, 2012).

Na área da comunicação, Linhares possui 05 emissoras de rádio, 09 jornais e 03 revistas. Desde 31 de julho de 1997, o município passou a contar com a TV Norte, uma filiada da TV Gazeta, por sua vez filiada à Rede Globo; cobre, com sua programação, trinta e seis municípios da Região Norte do Estado. Desde 2003, o município conta, também, com a TVL, um canal fechado que transmite programas e propagandas locais (LINHARES, 2012).

O município apresenta um grande potencial turístico, uma vez que possui o maior litoral do Estado, com as praias do Pontal do Ipiranga, Povoação, de Regência e a de Barra Seca – única praia para a prática do naturismo no Estado. Linhares possui também um ecossistema considerado de extrema importância por seus espécimes animais e vegetais (LINHARES, 2012).

O principal rio do Espírito Santo é o Doce, com 977 km de comprimento. Nasce em Minas Gerais e deságua no oceano Atlântico, no litoral do município de Linhares, depois de atravessar o estado de oeste para leste. O município do estado com mais lagoas é Linhares, com 69 lagoas e lagos em sua extensão. Não há uma lista ou contagem das lagoas do estado, pois existem muitas artificiais e muitos alagadiços e lagos temporários. Existe apenas uma estimativa de que existam, aproximadamente, 400 lagoas, lagos e alagadiços em todo o estado (LINHARES, 2012).

As principais lagoas do Espírito Santo são a Juparanã (a maior do estado), Juparanã-Mirim, Suçuraca, Monsarás, do Cupido, do Durão e da Águia (todas no Município de Linhares). O município de Linhares possui a maior área do estado e é um dos mais extensos do Brasil (LINHARES, 2012).

A principal é a Lagoa Juparanã, a maior do país em volume de água doce, possui 38 km de extensão e 3 a 7 km de largura. Sua profundidade máxima é de 20 metros e seu perímetro é de 90 km (LINHARES, 2012). Linhares possui 15% de sua área coberta por florestas remanescentes da Mata Atlântica e conta com três Reservas Ecológicas: a Estação Biológica de Sooretama, a Reserva Biológica de Comboios e a FLONA de Goytacazes. Outra atividade de grande relevância, no município, é a de preservação da tartaruga marinha (TAMAR), realizado pelo Projeto Tamar do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (LINHARES, 2012).

A área de saúde de Linhares dispõe de um hospital da rede pública, dois hospitais da rede privada, além de unidades de saúde situadas nos bairros, que se estendem até a zona rural. O município concentra o maior número de pessoal lotado na área de saúde dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), no Espírito Santo. Em uma gestão democrática e políticas públicas bem definidas, o município está ampliando o aeroporto, implantando *shopping* e outros serviços necessários à sociedade e, para isso, faz-se necessário planejamento e organização na estrutura com propostas de trabalho, lazer, educação, entre outros, conforme o site do município de Linhares (2012).

Com relação à Educação, segundo IBGE (2009), no que tange à educação privada e pública, municipal e estadual, havia 4.415 alunos na “pré-escola”, 22.647 no Ensino Fundamental, 4.741 no Ensino Médio e 2.822 no Ensino Superior (dados de 2007), para um universo de 263 docentes atuando em 46 escolas de Educação Infantil na rede municipal e privada.

De acordo com IBGE (2010), atualmente, a Educação Infantil somente é atendida pela rede municipal de ensino, com atendimento de 5.374 crianças na zona urbana, enquanto na zona rural atende 813 crianças. No Ensino Fundamental, o atendimento se efetiva tanto pela rede municipal quanto pela rede estadual, com 16.182 alunos na zona urbana e 3.680 na zona rural. No Ensino Médio, 4.461 na zona urbana e 170 alunos na zona rural.

A cidade conta com 03 instituições de ensino técnico: Centro de Especialização e Desenvolvimento Técnico (CEDTEC), Centro Educacional e Técnico (CETEC) e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); uma sede para funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) com ensino à distância. Conta com uma faculdade mantida pela

municipalidade, a Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI), que oferece 03 cursos superiores: Administração, Direito, Pedagogia.

Na educação, o município de Linhares se configura com atendimento público e privado desde a Educação Infantil ao Ensino Superior e as grandes perspectivas de desenvolvimento para Linhares impõem ao município constantes desafios, dentre os quais se destaca a capacitação profissional de sua mão-de-obra. Por meio dos cursos técnicos e capacitações que oferece, vem suprindo, ao longo do tempo, a carência de profissionais nesse grande desenvolvimento do potencial do município na área urbana. Há uma grande demanda de cursos na área rural e, por isso, há o deslocamento dos jovens, para a cidade, em busca desses conhecimentos.

As práticas e proposições para a Educação do Campo podem contribuir para a conscientização do cidadão sobre direitos e deveres relativamente ao local em que ele está inserido, aplicando novos recursos e tecnologias, incentivando o desenvolvimento de atividades que favoreça o desenvolvimento local.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A partir dos movimentos sociais é que surgiu a concepção de educação do campo, contrapondo-se à vida tradicional de educação rural. Nesse sentido, o campo não é somente o espaço do latifúndio, da produção agropecuária e agroindustrial, é um espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem (BOF, 2006).

A educação oferecida à população do meio rural é uma educação em que predomina uma concepção urbana de vida e desenvolvimento, em que há uma “[...] valorização da cultura, do modo de vida, dos valores e concepções do homem e da mulher do campo, como se a vida e a cultura do campo estivessem condenadas à extinção ou fosse de inferior qualidade” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

Segundo Arroyo (2011, p. 125), “[...] a emergência de um mundo a ser dominado pelas tecnologias vai nos privando das relações sociais, através das quais as gerações anteriores transmitiam o seu saber às seguintes gerações”.

A educação do campo necessita da escolaridade dos empregados, nas grandes fazendas, em função das novas tecnologias que estão sendo implantadas

no trabalho rural e que exigem um conhecimento para o seu manuseio. Além disso, ela deve evidenciar aspectos que contribuem para a formação do indivíduo, valorizando o meio em que ele está inserido para que tenha condições de empreender nas produções e cultivos, expandindo no mercado de trabalho e apresentando, como resultado, uma grande satisfação em suas necessidades sociais e econômicas.

Sendo assim, Arroyo e Fernandes (1999) defendem que a educação do campo deve refletir a vida, os interesses e as necessidades de desenvolvimento desses indivíduos e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano. Uma particularidade que embasa essa concepção é que as escolas do campo não levam em consideração os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências e da família, não oferecem aos alunos a oportunidade de desenvolverem conhecimento e habilidades que lhes são necessários; não valorizam a vida do campo, diminuindo a autoestima dos alunos e descaracterizando sua identidade rural.

A educação do campo teoricamente não é um conceito fácil de construir por se tratar de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desigualdades, exclusão e pela diversidade de definição de acordo com os diferentes discursos ideológicos que os expressam.

Partindo desse pressuposto, há a necessidade de uma educação voltada à população que reside no meio rural. A especificidade da educação do campo deve estar associada à produção de vida, do conhecimento e da cultura local, apontando ações para uma escola de qualidade e para a capacitação de pessoas que residem no campo a partir das necessidades que vão emergindo com o avanço de uma nova demanda local, subsidiando atividades que contribuam para o desenvolvimento rural e reconheçam a realidade vivencial dessa população.

Para que uma educação de qualidade para todos aconteça, de fato, no interior das escolas do meio rural, é preciso repensar a forma como a escola se organiza, seus tempos e espaços respeitando e valorizando os modos de vida, os ciclos de produção local e a demanda de ações inovadoras que atendam o fortalecimento econômico da comunidade. Para isso, é necessária uma adequação do currículo baseado na vida e nos valores da população do campo para que o aprendizado escolar também possa ser um instrumento do desenvolvimento sociocultural e econômico do campo.

As ciências só pensam as tecnologias, as descobertas que apontam para o progresso, para o aumento da produção, para a racionalidade, para a ordem. A desordem econômica, social, político, moral, cultural que essas adolescências não é objeto do conhecimento sério, racional, progressista, científico. Logo suas vidas tão precarizadas, não farão parte do saber social acumulado, nem da produção intelectual e cultural. Conseqüentemente, nem se cogita que as indagações que os educandos carregam de seu viver entre no território por excelência do conhecimento, o currículo (ARROYO, 2011, p. 240).

Uma vez garantida uma educação de qualidade para todos no meio rural, cria-se a oportunidade de estudo para aos jovens no lugar onde vivem, valorizando e ampliando as possibilidades de crescimento em sua região, além de propiciar um desenvolvimento endógeno, contribuindo para que os educandos, que assim desejarem, possam permanecer e desenvolver suas aptidões no campo.

Nos cursos de formação deveria ter maior centralidade entender os lugares dos coletivos populares na história de nossa formação social e política, econômica e cultural. Como tem sido pensados para entender como as políticas educacionais, os currículos, o material didático e literário e até o pensamento pedagógico e cultura docente pensam esse coletivo cujos filhos(as) chegam às escolas públicas (ARROYO, 2011, p. 268).

Segundo Arroyo (2011), dentro de uma visão em que aponta o currículo flexível e abrangente, ele não deve ser centrado apenas na habilidade cognitiva, mas, sim, deve trabalhar, também, diferentes campos da cultura. A forma como o currículo está sendo organizado não consegue dar conta das necessidades da sociedade atual.

Devido às mudanças sociais, é preciso que a instituição escolar, bem como o corpo docente, não veja o currículo como algo estanque, mas como um processo passível de mudança. O conhecimento, nessa perspectiva, conduz à valorização do outro, elevando-o à condição de sujeito que tem o seu valor social independente de raça, cor, condição econômica ou social.

A educação do campo se faz necessária no Espírito Santo, conhecido pela grande potencialidade do agronegócio, destacando-se na produção de muitas culturas como o café, com destaque para a variedade Conilon, cana-de-açúcar, seringueiras, cacau, fruticulturas em geral, vivendo um momento econômico de atração de grandes investimentos.

O desenvolvimento no norte do Estado do Espírito Santo, com grandes projetos industriais, exigirá mão-de-obra qualificada e existe grande preocupação, por parte dos gestores públicos e privados, em organizar cursos específicos para funções que exigirão condições mínimas a um aprendizado específico. No contexto

do campo, não deve ser diferente, já que o setor do agronegócio exige cada vez mais qualificação de pessoal.

Para isso, a concepção de capital social influencia no desenvolvimento econômico tornando possível a viabilidade de ações, enfatizando o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação.

Não só a formação de mão-de-obra como também a exigência de novas técnicas fazem com que existam vários incentivos para a composição de redes de colaboração tecnológica entre pequenas e médias empresas, universidades regionais, associações, entidades governamentais e da sociedade civil, para o desenvolvimento e o emprego de novos métodos e tecnologias.

Segundo Souza (2008), em 2004, foi criado, no Ministério de Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na qual existe uma coordenação de educação do campo e ficou explícita a intenção de organizar, a partir da educação, uma proposta de sociedade que seja justo, igualitário e democrático, que se contraponha ao agronegócio e que promova a realização de uma ampla reforma agrária.

Assim, é possível afirmar que a educação do campo se fortalece por meio de uma rede social, composta pelos sujeitos coletivos que trabalham com a educação do campo e que dela se aproximam. Nessa rede, encontramos Organização Não Governamental (ONG), universidades, secretarias estaduais e municipais de Educação, movimento sindical, movimentos e organizações sociais, centros familiares de Formação de Alternância.

Souza (2008) enfatiza que a concepção de educação rural expressa a educação do campo com a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável.

Ademais, as perspectivas de desenvolvimento das regiões passam pela sensatez de dinamizar o setor econômico e social, mas garantindo condições próprias de evolução para o interior, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

Para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura, é preciso também formar comunidades voltadas para colaboração e participação, em que indivíduos entendam a importância do trabalho em conjunto e do civismo, abertos à mudança e preparados para criarem e inovarem.

Precisamos criar comunidades voltadas para o aprendizado e para o ensino que capacitem os estudantes a orientarem o próprio aprendizado em prol de maior rigor, coerência e complexibilidade; a aumentarem o comprometimento intelectual, social e emocional com os outros; e a favorecer abordagens dinâmicas e colaboradoras para o aprendizado que os possibilitem desenvolver métodos integrados e sérios de aquisição de conhecimentos. (...) Para estudantes de todas as idades, devemos criar comunidades voltadas para o aprendizado, que possam dar força, tempo e voz à indignação e à criatividade deles (MARSHALL, 1998, p. 202).

Dessa forma, acredita-se que uma escola de qualidade, com profissionais capacitados no interior do Estado, pode gerar condições positivas para que os jovens sejam instruídos, proporcionar aos egressos sua inclusão nesse processo econômico e, posteriormente, eles podem se qualificar em cursos técnicos, profissionalizantes e superiores, gerando mobilidade social à região.

Por todos esses motivos, acredita-se que, na maioria das vezes, as pessoas não têm conhecimento e acesso a equipamentos que atendam as situações-problema do cotidiano e novos modelos de capacitações, mais do que nunca, são necessários em um processo de desenvolvimento.

No percurso da história, os movimentos sociais dos povos do campo se constroem como sujeitos políticos e coletivos nas relações com o trabalho e na conquista por um espaço efetivo no campo. Desde então, o movimento de luta pela terra vem se modificando nas relações com o trabalho e com a cultura (OLIVEIRA, 2011).

A presença do padrão de produção capitalista no setor agrícola provoca transformações no cotidiano do camponês, modificando formas seculares de ocupação do solo, mediante uma padronização nas técnicas de produção de alto uso de insumos externos e que propicia, de forma agressiva, em todos os seus sentidos, a possibilidade de grande produção agrícola monocultora. Alteram-se as relações das forças produtivas no trabalho agrícola, adotam-se nos procedimentos de produção: técnicas de produção exógenas; máquinas e implementos agrícolas; e força de trabalho assalariada (CALIARI, 2009).

Segundo Finatto e Salamoni (2008, p. 203):

A relação com a propriedade é outro traço marcante no segmento da agricultura familiar, a noção de propriedade, o apego a terra está muito presente. Geralmente, é nessa mesma unidade produtiva que os antepassados do atual produtor viveram e constituíram suas famílias, ainda a possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir conferem ao camponês uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva.

No entanto, a agricultura camponesa é um lugar detentor de vários mecanismos e estratégias que lhe garante agilidade e autonomia quando enfrenta situações adversas. Como exemplo, a resistência camponesa a “não proletarização” fundamenta-se por deter variáveis econômicas capazes de sofrer amplas conformações aos inúmeros cenários que lhe é apresentada. Em qualquer situação, pode decidir o que plantar, quando e a área a ser plantada, assim a unidade de produção camponesa está apta a fornecer trabalho e produtos, em qualquer situação, a seus membros (CALIARI, 2009).

A importância atribuída à produção alimentar deve ser cotejada com a constatação de que a reprodução econômica das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guarda uma relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por essas famílias, pois a maioria delas obtém incrementos de renda por outras fontes que não apenas sua produção agrícola mercantil (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 49).

O equilíbrio do esforço e do resultado obtido ocorre por meio do limite natural à sua produção e da intensidade de trabalho anual da família, resultando no grau de satisfação de suas necessidades. Pela sua flexibilidade, quando as necessidades não são atendidas, buscam-se alternativas e, por sua essência familiar, possui características próprias em sua forma de exploração agrícola, equilibrando o uso do trabalho – terra – capital (CALIARI, 2009).

Essa organização passa pela consolidação de uma forma de produção própria, envolvendo a família e a descoberta de um mercado que se apresenta cada vez mais promissor para esse tipo de atividade produtiva agrícola, reforçando a importância e a viabilidade da produção agrícola campesina.

O sistema industrial mudou a dinâmica do urbano, também o campo hoje é outro, ou seja, exige políticas públicas diferentes daquelas do passado ou que até mesmo nem existiam. Os movimentos sociais avançaram e se tornaram mais eficientes em suas militâncias políticas por seus direitos. Não só reivindicam, mas propõe projetos sob gestão autônoma dos agricultores (MOREIRA, 2013, p. 81).

O desenvolvimento de agroindústrias familiares e a manutenção diversificada da produção na agricultura camponesa permitem a flexibilização das formas de agregação de valores e a promoção de uma integração com o mercado consumidor. As formas coletivas organizadas e a adoção de estratégias autônomas constituem a

base de referência para o crescimento dos empreendimentos de integração com o mercado.

O desenvolvimento de novas atividades e mentalidades induz a formação de novos ambientes no meio rural, reforçando a redução da distância que separa o rural do urbano. Porém, os que ainda resistem em permanecer no campo, enfrentam as mais diversas dificuldades socioeconômicas. Sentem a falta do reconhecimento de seu valor quando lhes são negados direitos como cidadãos, mas lá ainda permanecem por falta de opção mais segura à sua sobrevivência (MOREIRA, 2013).

Essa contradição entre as definições e práticas rurais e urbanas produz mudanças de valores na sociedade do trabalho rural. O agricultor de tempo parcial está possibilitado pela nova conjuntura de desempenho de tarefas a desenvolver práticas agrícolas e não agrícolas, admitindo ganhos melhores se comparados ao do trabalhador rural típico. As atividades de ocupação principal cedem espaços às atividades de ocupação auxiliar, pois permite um ganho superior, substituindo-a em situações específicas, repercutindo, assim, na redução da migração sem, contudo, reverter a situação de êxodo rural característico da relação campo – cidade, mas gradativamente permite o crescimento da população rural (CALIARI, 2009).

Guiados por uma lógica racional, assinalada pelo reequilíbrio dos custos de produção e despesas familiares, pela minimização dos riscos nas atividades agrícolas e oscilações do mercado, por assegurar alimentação para o núcleo familiar, por garantir a absorção da mão-de-obra familiar nas atividades das unidades de produção e por estar buscando melhorias nas condições de trabalho, bem como no sistema de produção adotado, a agricultura camponesa elabora, cotidianamente, estratégias próprias para a consolidação de sua sustentabilidade (CALIARI, 2009).

A diversificação na produção, aliada a uma independência em relação ao meio econômico, proporciona à agricultura camponesa a capacidade de ampliar, reduzir ou alternar sua produção, independente das imposições rígidas do mercado. Essa liberdade dos cálculos econômicos adaptáveis às diversas situações do mercado facilita para a agricultura camponesa a adoção de táticas que lhe afiançam autonomia frente aos períodos de instabilidades econômicas.

Conforme as explicações de Caliari (2009), a agricultura camponesa constitui-se de cenários dos mais variados. Nele, a interatividade entre a produção comercial e a produção para o consumo caseiro, está presente nas suas formas de produção.

Em outras palavras, se esses “cultivos de exportação” não são absorvidos ou se acham sujeitos às condicionantes do mercado, a produção para o consumo garante a fonte alimentar da família. Em momentos em que o mercado absorve a produção, a fonte alimentar é acrescida com os recursos advindos dessa relação com o mercado.

O consumo socialmente necessário do grupo doméstico, o gasto de casa, é referente contínuo, um pressuposto que atinge as próprias condições sociais de produção. Os produtos podem vir pela produção direta do grupo doméstico (...), podem vir por venda a dinheiro da produção doméstica e a aquisição posterior do consumo necessário, como no caso dos produtos de exportação (...). Podem vir de n combinações possíveis destas produções, sempre tendo como referente o consumo socialmente necessário por um lado, que depende da composição de cada grupo doméstico, em número de membros, sexo e idades; e por outro lado a composição do grupo doméstico por sexo e idade que configura determinadas possibilidades e impossibilidades de mobilização da força de trabalho familiar. Todas as decisões sobre produtos a cultivar e/ou beneficiar, e o destino venda e/ou consumo levam em consideração os preços monetários e suas flutuações (...) (GARCIA, 1990, p.122).

Por representar um modelo produtivo com características e concepções próprias, muito se especula a respeito do futuro da agricultura camponesa. Nesse espaço de especulações, uns assumem posições nítidas em sua defesa, outros profetizam seu desaparecimento, insinuando que, a partir de sua decomposição, emergirá uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola. Todavia, alheia a esses debates, a agricultura camponesa tem-se mostrado eficiente na geração de estratégias capazes de garantir sua manutenção e reprodução por gerações. Sua capacidade de “metamorfosar-se” tem-lhe concebido um poder de adaptação às permanentes oscilações do cenário socioeconômico (CALIARI, 2009).

Finatto e Salamoni (2008) apresentam que a ideia central em que está amparado o ideal da sustentabilidade remete, de imediato, a uma visão sistêmica onde possam ser contemplados todos os aspectos que conduzem ao desenvolvimento; as estratégias devem ser orientadas no sentido de reaproveitar os fluxos de matéria e energia tanto naturais quanto as artificialmente criadas. Assim, garante-se o desenvolvimento local e regional sem degradar o meio em que vive. A sustentabilidade não se importa em utilizar os recursos em nosso meio, mas sim como utilizá-los.

Para se aproximar das discussões sobre as concepções de Educação do Campo, deve-se compreender que é preciso dialogar com a sua realidade, com as atividades desenvolvidas e o papel dela na construção do conhecimento. Essas concepções devem possuir uma afinidade e uma expressão nítida de atividades que

se apresentam distintas à medida que investimos na análise de suas peculiaridades, mesmo ocupando espaços naturais que se apresentam, aparentemente, comuns a todos (CALIARI, 2009).

Ainda, de acordo com Caliarí (2009), nessa realidade, observa-se a vida cotidiana escolar e rural; a vida sociocultural da comunidade, o desenvolvimento de um desenho do relacionamento com o meio de inserção, suas aproximações com o ambiente escolar rural e formas de absorção das transformações no mundo rural, além das manifestações do saber campesino e étnico moldado e reelaborado no seu cotidiano.

[...] não basta promulgar leis ou ter apenas simples reconhecimentos por ministérios, conselhos ou secretarias governamentais a respeito da vulnerabilidade da Educação do campo. É preciso investir de forma concreta e objetiva priorizando a Educação do Campo nas agendas políticas, garantindo infraestrutura física para as escolas do campo; responsabilizando politicamente as instâncias federativas (MOREIRA, 2013, p. 81).

Tal educação é contrária àquela que vincula educação e prerrogativas mercadológicas globalizantes, com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos. A Educação do Campo, nessa perspectiva, contempla o ser humano integral, englobando todas as dimensões de sua relação com o mundo (CALIARI, 2009).

Assim, a escola deixa de ser o único espaço de obtenção de informações, pois elas estão disponíveis em todos os meios de comunicação. Daí ser um dos principais objetivos do processo educativo no meio rural que é incentivar os instrumentos da descoberta, escolha e integração das informações já disponíveis, interagindo com as informações que são repassadas.

Percorrendo pela história, encontram-se razões da marginalização da educação rural, que constroem o atual contexto das escolas rurais brasileiras e, de acordo com Calazans (1993), seu surgimento foi no final do Segundo Império, mas se efetivaram em meados do século XX.

É evidente que as escolas, no meio rural brasileiro, acompanharam, acima de tudo, o desenvolvimento econômico do país. A partir do momento em que a produção agrícola começou a precisar de mão-de-obra qualificada para atender às exigências do mercado nacional e internacional, os esforços à implantação de escolas para as populações do campo começaram a ganhar força.

A partir da década de 1930, houve ações realmente significativas para a educação rural, porém, em caráter emergencial, com a preocupação de formar

técnicos, a educação pautava-se em tendência tecnicista, onde os trabalhadores da terra atendessem o mercado de trabalho, com alunos meramente trabalhadores rurais, limitando-os a uma formação homogênea (RODRIGUES, 2009).

Em Rodrigues (2009), vê-se que o processo decisivo foi de aceleração, e o desenvolvimento industrial, a partir da Segunda Guerra Mundial, impulsionou a economia brasileira em uma perspectiva, mas, em outra, ocasionou muitos problemas. Com o crescimento acelerado da industrialização, a agricultura ficou prejudicada. Apesar de continuar com a exportação de grãos e outros produtos agropecuários, houve uma grande crise do campo.

Com a expansão da problemática do campo aglomerando os centros urbanos e causando impactos no país, surgem investimentos nacionais e internacionais que começaram a ser propostos em diversos projetos e cooperativas rurais com o principal objetivo de “segurar” o homem no campo e impulsionar o desenvolvimento da nossa agricultura, como exposto por Calazans (1993). Com isso, as políticas públicas e a educação no meio rural foram mascaradas, ao invés de se pensar em uma educação voltada para sua localidade, fizeram uma extensão da educação urbana à população que vive e trabalha no campo.

Na garantia de exercer a cidadania e a democracia, o indivíduo deve buscar seus direitos para atuar na sociedade. Dessa forma, definir o que é urbano e rural é primordial na identificação do modo de vida. Assim, para a utilização do espaço da educação, foram propostas as diretrizes operacionais para a educação básica do campo.

Analisando pelo ponto de vista legal, políticas públicas começam a surgir no cenário nacional e estadual para direcionar a educação a ser desenvolvida no meio rural. Infelizmente, elas são elaboradas ainda sob a ótica urbana. O que acontece, pode-se dizer, é que está havendo uma urbanização da educação rural, desconsiderando sua especificidade, desrespeitando sua história e o contexto em que se insere.

Dessa forma, é evidente que o enfoque dado à educação das populações camponesas brasileiras privilegia primeiro o desenvolvimento econômico e ficando à margem as necessidades e especificidades dessa população, deixando de lado a formação desses indivíduos.

A Educação do Campo e educação rural, para Fernandes (2006, *apud* GONZAGA, 2009, p. 35), se diferencia daquela pelo fato de estar “[...] inserida nos

princípios do paradigma do capitalismo agrário [...]”, tendo como ideal de educação o trabalhador do campo como mero executor de tarefas, não assumindo, portanto, o papel de protagonista nesse processo, mas, sim, de “[...] subalterno aos interesses do capital [...]”. Portanto, as políticas públicas juntamente com os movimentos sociais, garantem os aspectos sociais, políticos e culturais da proposta educacional desses sujeitos, que visualizam a escola muito mais do que um direito, como uma ferramenta de formação e transformação social.

Os movimentos sociais do campo compreendem que a efetivação de um projeto de educação, desenvolvimento e sustentabilidade para o campo está vinculada a um conjunto de ações, mudanças sociais e políticas e ao desafio de uma educação e de uma formação de professores comprometidas com a realidade social, cultural, política e econômica (SPERANDIO, 2013, p. 30).

A divergência de interesses entre os grupos sociais e políticos geraram lutas e resistências, como foi o caso de grupos sociais camponeses contra as oligarquias rurais, o que permitiu colocar em questionamento, em diversas ocasiões, as condições de vida e educação frente à estrutura agrária existente no país.

Klein (2013, p. 36) ressalta que:

No cenário da Educação do Campo, a história no Estado do Espírito Santo tem como marco a década de 60, com o Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES), uma entidade importante no processo de expansão das escolas familiares rurais e a primeira articuladora dos centros de formação em alternância no Espírito Santo. O MEPES instituiu escolas denominadas Escolas Famílias Agrícolas/EFA's que têm como princípio a Pedagogia da Alternância, modelo este surgido no interior da França na década de 30.

Com essa proposta de trabalho direcionada à Pedagogia da Alternância, constata-se que os sujeitos do campo são valorizados em sua cultura, saberes, necessidades humanas e sociais. O conhecimento empírico se articula com os conhecimentos teóricos, além de estar em seu meio familiar e local.

As discussões sobre Educação do Campo apontam para algumas ações que estão sendo realizadas em parcerias com outras instituições sociais. Nesse contexto, uma iniciativa concreta para um projeto de educação global e local pode ser pensada por meio dos estudos realizados até este momento, que nos dão uma dimensão sobre a Educação do Campo dentro da Educação Brasileira.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido no município de Linhares, tendo as comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas como ponto focal das atividades. O interesse que motivou esta pesquisa foi, primeiramente, investigar as necessidades de ações inovadoras para atender a demanda dos indivíduos que atuam no campo e quais são as atividades exercidas por eles.

Os profissionais foram identificados por meio de uma reunião da associação de moradores em cada uma das comunidades. Após a identificação desses profissionais, foi realizado, juntamente com eles, um trabalho de definição de atividades que são realizadas nos espaços cedidos pela comunidade, possibilitando meios de produção que proporcionem o desenvolvimento dessa região.

A comunidade de Japira é atendida por uma Escola Municipal que oferece uma turma de Educação Infantil e duas turmas de Ensino Fundamental I, somando 45 alunos atendidos. Já a comunidade de Chapadão das Palminhas é atendida por uma escola municipalizada que oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Nessas comunidades, residem respectivamente 600 e 532 habitantes.

No patrimônio de Japira, moram aproximadamente 110 famílias e, em Chapadão das Palminhas, em torno de 160 famílias. Os jovens, com faixa etária entre 13 e 19 anos, representam aproximadamente 30% da população dessas comunidades. Nelas, duas características são marcantes: a comunidade de Chapadão das Palminhas possui um número elevado de jovens desempregados; uns estão se deslocando para a cidade à procura de emprego e outros ocasionam problemas sociais na busca de sua sobrevivência. Já, na comunidade de Japira, os jovens são engajados nos estudos e no trabalho do campo, pois a geração de renda dessas localidades se concentra nas propriedades rurais com o cultivo do café e eucalipto, não havendo indústrias no meio.

Na figura 1, tem-se a localização das comunidades que foram selecionadas para o desenvolvimento das atividades junto aos moradores que exercem as suas atividades no meio rural.

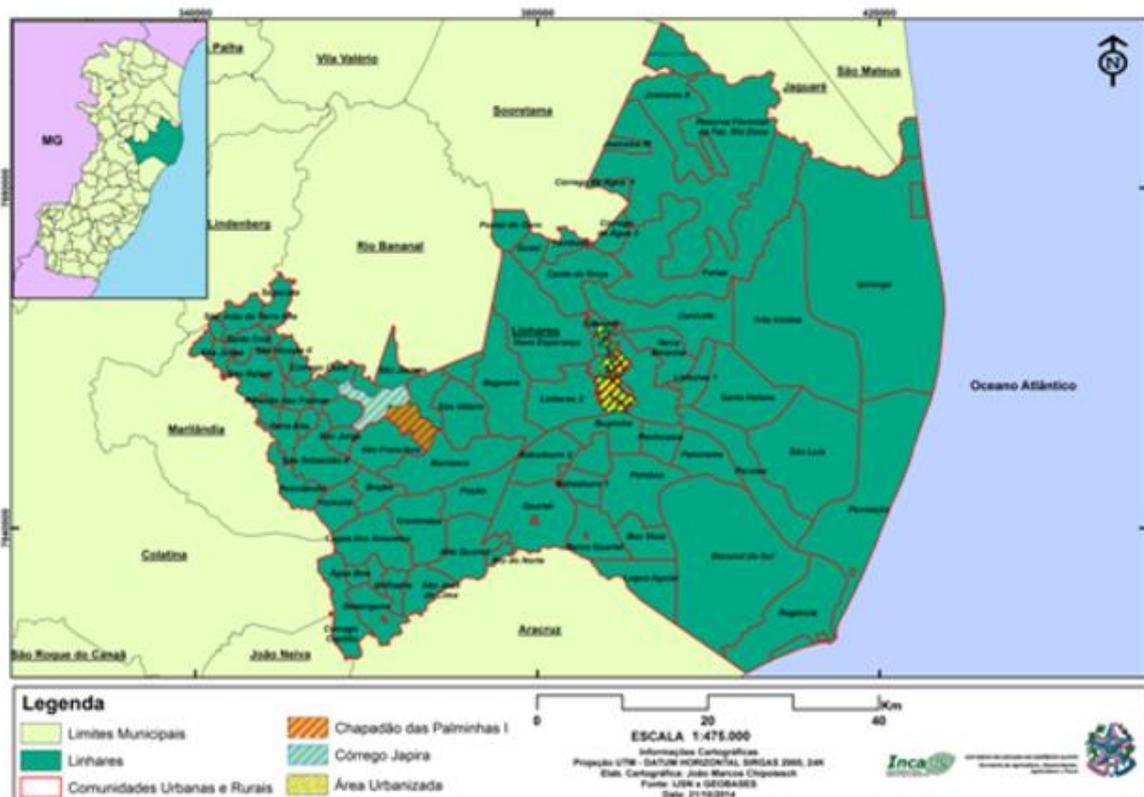


Figura 1: Localização das comunidades rurais da Japira e do Chapadão das Palminhas, selecionadas para esta pesquisa¹

Para o levantamento do diagnóstico da realidade local e suas reais necessidades, foi aplicado o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que se apresenta como uma metodologia alternativa e não instrumentalista de extensão e pesquisa universitária.

Os enfoques de desenvolvimento rural nas décadas de 1960 e 1970 se baseavam na transferência de tecnologias e na ausência de participação da(o)s suposta(o)s beneficiária(o)s, que eram meros reprodutores das ações desde a elaboração até a execução dos projetos (VERDEJO, 2006).

No final da década de 70, o fracasso da "transferência tecnológica" causou uma mudança radical de estratégias: o conhecimento das condições locais, dos grupos beneficiários e de suas tradições se transformou no enfoque principal da identificação e planejamento de projetos de desenvolvimento rural. Utilizando métodos tradicionais de pesquisa, como questionários e análises de dados regionais, foram geradas enormes quantidades de dados que acabaram não tendo como ser geridos e se transformaram em "cemitérios de dados" (VERDEJO, 2006, p. 7).

¹ Material gentilmente editado e cedido pela equipe de pesquisadores do Sistema Integrado de Bases Georreferenciadas do Estado do Espírito Santo (GEOBASES).

O conhecimento, nos dias atuais, emerge de estratégias em que haja participação efetiva de todos os agentes de transformação do meio em que está inserido. Não basta conhecimento científico e técnico isolado, é necessário que haja uma pesquisa participativa que leve em consideração as opiniões e o ponto de vista dos grupos envolvidos nesse processo.

O Diagnóstico Rápido Rural não foi o único fundamento para o desenvolvimento do DRP, além disso, “a educação popular”, inspirada no livro "A pedagogia do oprimido", de Paulo Freire (1968), foi outro movimento iniciado nos anos 60, que teve grande importância para os conceitos. Os conceitos de desenvolvimento das décadas de 60 a 80, descritos anteriormente, refletem a discussão "teórico-intelectual" da época; no entanto isto quer dizer que, independentemente das tendências respectivas, existiam projetos participativos nos anos 60, como hoje existem projetos com escassa participação dos supostos beneficiários (VERDEJO, 2006, p. 7).

Além do objetivo, a tomada de decisões dos grupos comunitários, o propósito do DRP é a obtenção da informação direta das prioridades, na comunidade, possibilitam a tomada de decisões que favorecem um autodiagnóstico sobre o estado dos seus recursos naturais, sua situação econômica e social e outros aspectos importantes para a comunidade.

Sendo assim, avaliam-se os problemas e as oportunidades de solução, identificando os possíveis projetos de melhoria dos problemas mais destacados e das condições de vida dos moradores da região em estudo.

Nessas práticas, utilizam-se várias ferramentas que proporcionam informações e reflexões sobre o estudo. Dentre elas, foi selecionada a Matriz Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças (FOFA), devido à problematização da realidade vivida, propondo ações com capacitações *in loco* com essa ferramenta.

A metodologia originou uma problematização no momento da pesquisa, com levantamento da Matriz Fofa, envolvendo a realidade vivida. E, portanto, revela essa realidade como transitória, dependente da ação do(s) indivíduo(s), possibilita-lhes inserir-se no processo histórico como sujeito e os inscreve na busca de sua afirmação enquanto pessoa (FREIRE, 1987). Assim, se podem identificar as necessidades que são pertinentes nessas áreas, traçar seu perfil, diagnosticar as necessidades para o crescimento econômico, propor ações que capacitem e verificar os resultados obtidos.

No entanto, em um primeiro momento, foi realizado um diagnóstico para conhecer e estudar as especificidades históricas, econômicas, ambientais e sociais da comunidade em questão. Esse diagnóstico foi realizado por meio de pesquisa

documental e entrevistas aos moradores que atuam como líderes nas comunidades e que vivenciam a realidade local. Em um segundo momento, a aplicabilidade de oficinas sobre o DRP e suas ferramentas com o intuito de esses produtores compreenderem as dinâmicas e o processo de construção dessa ferramenta junto à comunidade. Finalmente, trabalhou-se o DRP com a comunidade de Japira e Chapadão das Palminhas.

Esta é uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (1999, p. 43), visa a “[...] proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo. Possui, ainda, a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores”. Assim, esse tipo de estudo proporciona um maior conhecimento acerca do assunto, a fim de que novos problemas possam ser formulados ou que novas hipóteses sejam criadas para que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

De acordo com Gil (1999, p. 142):

Enquanto na pesquisa clássica a fase exploratória costuma caracterizar-se pela imersão sistemática na literatura disponível acerca do problema, na pesquisa-ação essa fase privilegia o contato direto com o campo em que está desenvolvida. Isso implica o reconhecimento visual do local, a consulta a documentos diversos e, sobretudo, a discussão com representantes das categorias sociais envolvidas na pesquisa.

Antes da aplicação do experimento, foi solicitada ao Presidente da Associação de moradores uma reunião com os associados para expor a intenção dos trabalhos a serem realizados e promover a sua motivação em contribuir com a pesquisa. Essa ação se deu em parceria com o Sindicato Rural da região e a pedagoga da escola da comunidade. Foi então apresentada a proposta de trabalho e exposta a forma de participação e colaboração de cada um dos integrantes.

Dessa forma, foi possível repensar intervenções nas comunidades, bem como o planejamento de atividade voltada ao espaço rural, privilegiando os saberes locais do(a)s próprio(a)s agricultore(a)s, possibilitando, assim, a formação de agentes do processo de reconhecimento territorial.

Nesse foco, a educação contribui para o desenvolvimento da comunidade local, pautadas não somente no trabalho produtivo agrícola, mas também em valores, laços afetivos e pertencimento do seu território.

Para a aplicação dessa metodologia, foram selecionados 400 moradores da região, preferencialmente os pequenos produtores de base familiar, mas não foi impedido que aqueles produtores que se enquadram em outras classes

participassem da pesquisa. Dos produtores selecionados, fizeram-se presentes quarenta e nove pessoas nas comunidades de Japira e do Chapadão das Palminhas.

Os convites foram realizados por meio da Associação de Moradores, das escolas e da mobilização das lideranças locais. Para cada família, foi entregue uma carta expositiva para que tivesse acesso ao conteúdo da reunião, permitindo uma maior divulgação das intenções da pesquisa.

No mês de julho, foram realizadas as atividades de campo, as visitas e os contatos com as lideranças locais e feitos os convites de mobilização dos moradores. Nesse mês, também, a metodologia DRP foi aplicada com os grupos de pessoas presentes.

A figura 2 ilustra a mobilização dos moradores das comunidades no sentido de participarem e contribuírem com a pesquisa. Observe que, apesar de todos terem sido convidados, apenas as mulheres, jovens e adolescentes compareceram às reuniões.

Na figura 3, têm-se as imagens da finalização da reunião com a apresentação da conciliação dos dados levantados entre os participantes. Vale ressaltar que, apesar do pequeno número de participantes, eles se mostraram muito participativos e interessados em contribuir para a abertura de novas oportunidades para todos os moradores das comunidades.

Após a coleta das informações, elas foram organizadas de forma a agrupá-las com a finalidade de estabelecer o diagnóstico da realidade e os meios de cada comunidade para, então, trabalhar os planos/programas de educação continuada, visando à capacitação dos atores segundo seus interesses e necessidades locais.

Também foi realizado um diagnóstico detalhado das escolas das comunidades em estudo. Para esse diagnóstico, foram utilizados os documentos com os registros das escolas bem como de informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) obtidos em site. Esses dados foram comparados com os dados médios das escolas municipais e estaduais do município de Linhares. Para esse levantamento, foi necessário o apoio dos professores, do coordenador pedagógico e da Secretaria de Educação do município de Linhares que, gentilmente, liberaram todos os dados disponíveis sobre as referidas escolas.



Figura 2 - Detalhes da reunião do DRP mostrando a participação efetiva no diagnóstico



Figura 3 - Detalhes dos participantes na finalização da reunião, consolidando os dados obtidos

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 DIAGNÓSTICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS COMUNIDADES DE JAPIRA E CHAPADÃO DAS PALMINHAS

As políticas públicas da Educação do Campo no município de Linhares/ES vêm contribuindo com o desenvolvimento da região a partir da implantação do Programa Escola Ativa com a metodologia de ensino com turmas multisseriadas. Porém, em 2012, o programa não continuou, mas em função das políticas públicas já garantidas pelos movimentos sociais e pelas leis federais, ainda permanece com incentivos financeiros e formação para os educadores do campo.

Em 2013, a rede municipal de ensino integrou as 25 escolas rurais da rede estadual com as 16 já existentes na rede municipal. Assim, o município passou a contar com 41 escolas rurais, com turmas multisseriadas. Porém, no ano em curso, somente 38 escolas estão em funcionamento, com 977 alunos matriculados. Três escolas foram fechadas, provisoriamente, por não apresentarem o quantitativo suficiente de alunos para o seu funcionamento com uma turma em cada uma dessas escolas.

A educação das comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas têm atendimento em Educação Infantil e Anos Iniciais com salas multisseriadas, atendendo em dois turnos, matutino e vespertino, com aproximadamente 43 alunos em Japira e 75 alunos em Chapadão das Palminhas.

A distância em que os alunos precisam percorrer no caminho de casa à escola é acessível. Os alunos de Chapadão das Palminhas moram perto da escola; além disso, outras duas localidades próximas, Santa Rosa e Piabanha, fazem parte dessa associação e o percurso é de 2 km de distância.

Na comunidade da Japira, a maioria dos alunos mora no próprio patrimônio, tendo assim, facilidade para o acesso à escola. A distância maior está na localidade de Piabanha, porém lá existe uma escola que atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, não é necessário transporte escolar, mas, a qualquer momento em que alguma família migre para um local distante, o município garante o acesso por meio de transporte escolar e ou/ bicicletas cedidas pelo município.

O currículo das escolas do campo é regido na rede municipal de ensino e é acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação; baseia-se numa proposta pedagógica semelhante à zona urbana. O material utilizado nos planejamentos seguia a mesma proposta curricular, livros didáticos e avaliação da aprendizagem. Nesse contexto, o que difere são as atividades pensadas em conjunto, nos grupos de trabalho, em que a troca de saberes era significativa por parte dos educadores, enfatizando a necessidade dos educandos.

No entanto, a partir de 2009, houve a adesão do programa escola ativa com o propósito de valorizar as especificidades do campo, articulando com os fazeres pedagógicos. Dessa maneira, houve a preocupação de saber o percurso que o aluno precisava fazer para chegar à escola, instigar a curiosidade do aluno quanto à produção local, demandas das moradias, saneamento e preservação do ambiente onde está inserido. Essa mudança na educação pública possibilitou que as escolas formalizassem o histórico da região por meio de pesquisa e entrevista com os moradores, deixando as pessoas com sentimento de pertence da localidade e do processo de ensino e aprendizagem, pois esse trabalho não se restringiu somente aos pais de alunos, mas também a todos os moradores das comunidades integrantes da pesquisa.

Devido ao atendimento de salas multisseriadas, houve a implantação de cadernos de ensino e aprendizagem para cada faixa etária. Assim, o aluno desenvolvia atividades com auxílio do professor, em grupo e individual, adquirindo conhecimento e autonomia. Nessa proposta, a escola permitiu novas perspectivas no ensino, enfatizando a sua qualidade nas escolas do campo.

Para atender a proposta da educação do campo, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI), em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), possibilitou formação continuada com os professores do campo, com seis módulos, entre eles: Módulo I: Metodologia do Programa Escola Ativa; Módulo II: Introdução à Educação do Campo; Módulo III: Alfabetização e Letramento; Módulo IV: Gestão Educacional no Campo; Módulo V: Práticas Pedagógicas em Educação do Campo; Módulo VI: Tecnologia na Educação do Campo. A capacitação permitiu um novo olhar para as escolas do campo, valorizando as pessoas com um currículo voltado para a demanda do campo e refletindo sobre as propostas pedagógicas de acordo com a localidade em que a escola está inserida.

A Tabela 1 apresenta os indicadores do Ideb para as escolas públicas estaduais e municipais de Linhares-ES, para os anos 2005 a 2011 e as projeções realizadas entre os anos de 2007 até 2021.

Tabela 1 – Valores dos indicadores do Ideb para as escolas públicas estaduais e municipais localizadas no município de Linhares

Rede	IDEB				2013			PROJEÇÕES							
	2005	2007	2009	2011	IDEB (N x P)	Indicador de Rendimento (P)	Nota média padronizada (N)	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	3,7	4,2	5,1	5,3	5,8	0,96	6,0	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9
Municipal	4,0	4,3	4,9	5,2	5,2	0,93	5,5	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
Média	3,9	4,3	5,0	5,3	5,2	0,93	5,6	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1

Fonte: Cruz e Monteiro (2013).

De acordo com a Tabela 1, o Ideb de 2013, média para o município de Linhares, ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (do 1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 pontos. O Ideb nacional, nessa etapa, ficou em 5,2 enquanto, em 2011, foi de 5,0, isso vem mostrar que as escolas do município de Linhares apresentaram médias ligeiramente acima da média nacional.

A partir da Tabela 1, é possível constatar que os resultados do Ideb por município e rede – 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, do ensino fundamental regular dos anos iniciais apresentam resultados otimistas entre os dados atuais e projetados. Percebe-se que, em 2007, a projeção dos indicadores da rede municipal é de 4,1, mas o Ideb alcançado foi de 4,3. Dessa forma, na análise nas projeções de 2009 a 2011, destaca-se que os percentuais foram gradativamente superiores em relação ao ano de 2007 na rede municipal. No entanto, na rede estadual, os resultados dos indicadores do Ideb, em relação às escolas do município de Linhares-ES, foram melhores no resultado do Ideb desde 2007 até 2011.

Os dados apresentados, na tabela acima, representam a realidade informada pela rede de ensino estadual e municipal no Censo Escolar de 2011. Os dados são públicos e oficializados pelo Ministério da Educação. No entanto, ao acessar os dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) para coletar informações do Ideb das escolas do campo, verificou-se que não foi possível obter os respectivos valores do Ideb das escolas das comunidades da Japira e Chapadão das Palminhas,

uma vez que essas informações não estavam cadastradas no sistema. Também não foi possível acessar a documentação com as informações específicas. Dessa forma, ficaram sem parâmetros de avaliação nesse quesito.

Vale salientar que as escolas municipais de Linhares vêm apresentando desempenho inferior ao desempenho das escolas estaduais. Isso mostra que há a necessidade de investimentos para a melhoria de qualidade do ensino na rede municipal.

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos, prioritariamente, pelas redes municipais, que respondem por 81,6% das matrículas da rede pública nessa etapa. O total de estudantes, nos primeiros anos do fundamental, é de 15.764.926, sendo que 13.188.037 estudam em escolas públicas, conforme é possível observar na tabela 2.

As avaliações externas colaboram no sentido de prever metas a serem alcançadas, mas esse resultado se estabelece devido aos investimentos que os governos federal, estadual e municipal têm dispensado à Educação com capacitação, programas e projetos. Porém, ainda permanece um percentual considerável de alunos em distorção idade-série, atingindo um percentual maior nas turmas de 6º e 7º ano, conforme se pode verificar na figura 4.

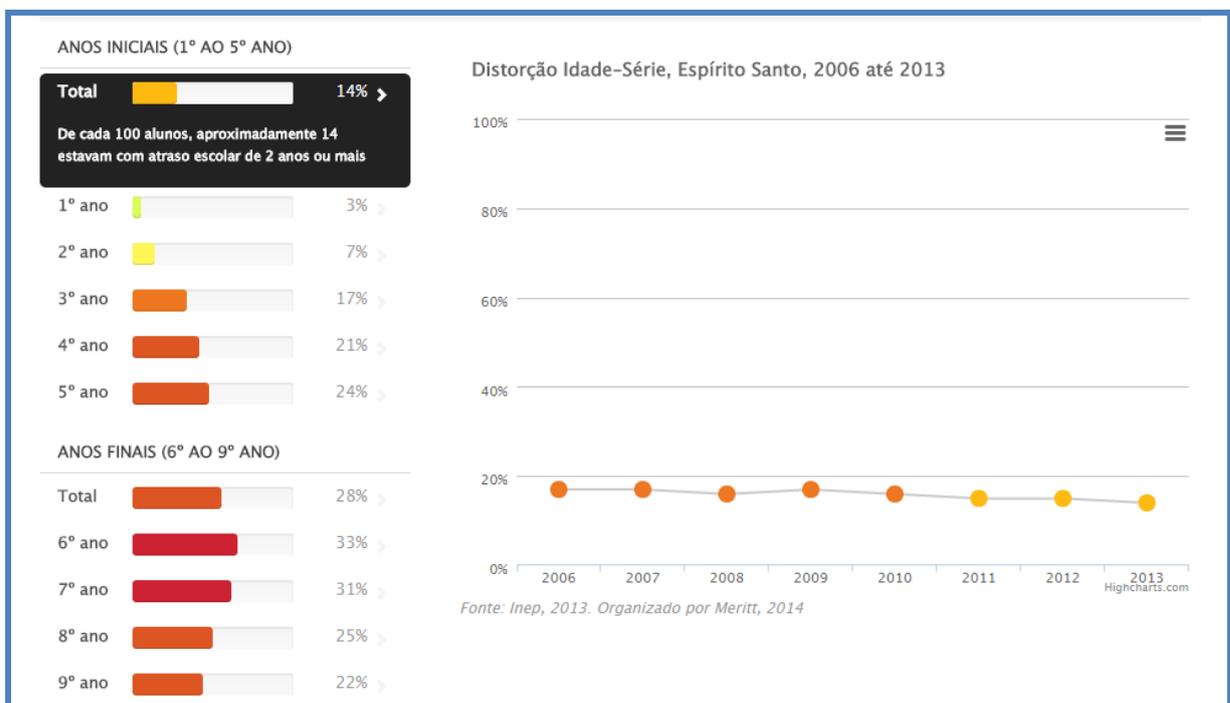


Figura 4 – Indicador de distorção da idade-série das escolas de Anos Iniciais para o Espírito Santo entre os anos 2006 e 2013.

Fonte: Cruz e Monteiro (2013).

Com relação à Figura 4, verifica-se uma leve tendência a reduzir as distorções de idade das crianças entre os anos de 2006 e 2013. Pode-se entender que o número de repetência nas escolas está diminuindo. Assim, considerando apenas esse indicador, a qualidade do ensino está melhorando nas escolas capixabas. Apesar de não se ter a informação precisa das escolas estudadas, observou-se que essa distorção parece ser menor, ou seja, as crianças matriculadas possuem idade mais compatível com a série que estão cursando.

A maioria dos alunos é reprovada porque falta acompanhamento pedagógico com intervenção a cada necessidade de aprendizagem. Além de incentivos públicos que já têm contribuído para a formação dos docentes e recursos financeiros para aquisição de materiais pedagógicos, ainda assim, um apoio pedagógico constante se faz necessário, pois muitos alunos, que chegam com dificuldades, não encontram os profissionais que os acompanhem a cada dificuldade de aprendizagem.

Vale salientar que diversos fatores contribuem no processo ensino e aprendizagem, como por exemplo, alunos com síndromes a qual não se revela como patológico comprometimento psicológico por meio de situações familiares, sociais e culturais. Sendo assim, o aluno não é amparado legalmente, impossibilitando o acesso a um monitor que o atenda especificamente, uma vez que não é comprovada a sua deficiência por laudo médico. Assim é necessária uma equipe multidisciplinar capaz de atender a cada particularidade.

Conforme verificamos na Tabela 2, o número de alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Linhares/ES, neste ano de 2014, totaliza 24.441 matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, incluindo escolas do meio urbano e do meio rural. Desse total, aproximadamente 17% dos matriculados estudam nas escolas rurais. Assim, conforme os dados apresentados, há um percentual considerável de alunos da rede municipal de ensino que estão matriculados nas escolas do campo, se considerarmos o total de matrículas da rede municipal de ensino de Linhares/ES. Dessa forma, as escolas do campo necessitam de uma proposta pedagógica que atenda as necessidades locais, utilizando a multidimensionalidade para que se alcance a qualidade na educação do campo.

Vale a pena salientar, ainda, que a maior concentração de matrículas está na faixa etária de Educação Infantil e Educação de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Com se pode observar, ainda na Tabela 2, as comunidades da Japira e do Chapadão das Palminhas não possuem nenhum aluno matriculado no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. Isso quer dizer que os alunos, quando atingem essa escolaridade, precisam se deslocar até a sede do município para continuarem seus estudos.

Tabela 2 – Número total de matrículas por nível de ensino da Rede Municipal de Ensino de Linhares, no ano de 2014²

Nível de Ensino	Número de alunos Zona Urbana	Número de alunos Zona Rural	Escolas das comunidades estudadas
Educação Infantil	7245	1913	43
EF – 1º ao 5º ano	8857	1684	75
EF – 6º ao 9º ano	4176	566	0
TOTAL	20278	4163	118

A tabela 3 apresenta os números absolutos e percentuais de alunos matriculados, aprovados, reprovados, evadidos e transferidos das escolas das comunidades em estudo, matriculados entre os anos iniciais até 5º ano.

Tabela 3 – Desempenho Escolar das Escolas da Japira e do Chapadão das Palminhas de Linhares, no ano de 2013, para o Ensino Fundamental e Anos Iniciais de 1º ao 5º ano³

ESCOLAS DO CAMPO	MAT. INIC.	MAT. FINAL	APROVADO		REPROVADO		EVADIDO		TRANSF.	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PEM Boa Esperança	21	21	-	-	-	-	-	-	-	-
PEM Raio de Luz	22	22	-	-	-	-	-	-	-	-
EPM Córrego Japira	25	23	21	91,3%	2	8,0%	0	0%	2	8,0%
EPM Boa Esperança Chapadão	52	46	43	93,5%	3	5,8%	0	0%	6	11,5%
TOTAL	75	69	64	92,7%	5	6,7%	0	0%	8	10,7%

Esses dados são fonte de consulta constante pela equipe do Ensino Fundamental Anos Iniciais na Secretaria Municipal de Educação de Linhares/ES para a realização de reflexões, discussões e planejamento de acordo com cada realidade, promovendo intervenções pedagógicas pertinentes à aprendizagem do educando e capacitação dos educadores do campo.

² Informações retiradas do sistema WEB GIZ da Secretaria Municipal de Educação de Linhares/ES (SEME).

³ *Ibid.*

Observa-se, nessa tabela, que o índice de aprovação na escola da Japira foi ligeiramente inferior ao da escola do Chapadão das Palminhas. Porém, o índice de aprovação é superior a 91%, considerado muito bom e ótimo. Verifica-se, a partir da Tabela 3 que, na Comunidade da Japira, houve menor índice de transferência de alunos, 8%, contra 11,5% na comunidade do Chapadão das Palminhas.

As taxas de reprovação também apresentam melhora em relação a 2011. Nas redes públicas de Ensino Fundamental, urbanas e rurais, esse índice médio foi de 10,1%. Porém, para os Anos Iniciais, foi de 7,7% e, para os Anos Finais, o índice de reprovação foi de 12,8%, de acordo com o Inep (CRUZ; MONTEIRO, 2013). Dessa forma, as escolas das comunidades avaliadas apresentam desempenho inferior quando se compararam reprovações, ou seja, o índice de reprovação está acima da média do município.

Como as escolas dessas com unidades só oferecem ensino até o 5º ano, ainda há a preocupação com os jovens que precisam se deslocar para a zona urbana, onde são atendidos nas escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A partir dessa realidade, os jovens visualizam oportunidades na cidade, mas sem a devida maturidade e conhecimento, tornando para eles um incentivo para permanecerem na cidade, onde estão longe do monitoramento dos pais, o que os levam a conviverem com a violência, drogas, entre outros.

4.2 RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

A partir do DRP, foi realizada uma localização do espaço em que as comunidades estão inseridas por meio de entrevista semiestruturada do Diagrama de Venn. Foi detectado que a maioria dos moradores das duas localidades mora próximo ao patrimônio e estão interessados no desenvolvimento de sua região.

A participação das pessoas nessa metodologia DRP proporcionou a elas um despertar para as potencialidades de suas comunidades, bem como para as deficiências. Observou-se que as pessoas se sentiram valorizadas por serem elas que estavam elaborando o diagnóstico, contribuindo inclusive para aumentar a autoestima e visualizarem novas perspectivas para o futuro.

Com o quadro 1, que apresenta o resumo do diagnóstico elaborado a partir do DRP com a Comunidade de Japira, pode-se identificar a percepção das pessoas envolvidas nas atividades realizadas e o apoio dessa proposta para o envolvimento local.

Observa-se, ainda, no quadro 1, que a Comunidade da Japira identificou seis fortalezas e quatro oportunidades. Também foram identificadas oito fraquezas e duas ameaças.

As escolas de educação infantil e ensino fundamental foram identificadas como fortalezas porque os moradores viram nelas uma oportunidade de as crianças estudarem perto de suas moradias, evitando os transtornos de terem que se deslocarem por grandes distâncias, correndo riscos.

Com relação ao posto de saúde, eles vêm como uma conquista da Comunidade, pois assim não ficam a mercê de deslocamentos até à cidade para serem atendidos, reduzindo o tempo de espera para um atendimento, inclusive os de primeiros socorros emergenciais.

O estádio de futebol é visto por eles como uma fortaleza devido ao fato de eles poderem se utilizar dessa estrutura para seu lazer, assim como também agregar pessoas de outras comunidades, em dias de jogos, promovendo intercâmbio entre eles.

O asfaltamento da via de acesso à comunidade é visto como uma fortaleza por eles devido às facilidades adquiridas já que agora não têm dificuldades de transitar em períodos chuvosos, inclusive para transporte da produção local, reduzindo os riscos de perda, por não haver possibilidade de seu escoamento.

A quadra poliesportiva é outra fortaleza da Comunidade, pois é por meio dela que os moradores realizam suas festividades, jogos de salão, entre outros esportes inerentes, dotando, assim, a comunidade de opções e conforto para realizarem seus eventos comunitários.

Quadro 1 - Resumo do diagnóstico elaborado a partir do DRP com a Comunidade de Japira

MATRIZ FOFA	
FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
Escola Educação Infantil e Ensino Fundamental	Cursos de aperfeiçoamento
Posto de saúde	Posto policial
Correio	Regulamentação das moradias do pequeno produtor

Estádio	Escola Agrícola Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio
Asfaltamento das vias de acesso no sentido sede Linhares/ comunidade Japira	
Quadra poliesportiva	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Torre Celular	Violência
Escola Agrícola Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio	Drogas
Farmácia adequada	
Banco autoatendimento	
Extensão no horário do posto de saúde	
Mais máquinas agrícolas	
Ausência de um posto policial	
Ausência de regulamentação das moradias do pequeno produtor	

Com relação às oportunidades identificadas pelos moradores, os cursos de aperfeiçoamento foram, à primeira vista, a oportunidade identificada pelo fato de existirem muitas pessoas ociosas na comunidade, em especial, as mulheres, que poderiam trabalhar e auxiliar na complementação da renda familiar e, de certa forma, contribuir para a permanência das famílias no campo, agregando valor à produção agrícola.

O posto policial foi visto como uma oportunidade em função de a Comunidade ainda não dispor de nenhuma estrutura que proporcione a eles segurança. A existência dos postos aumenta a segurança, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida e pode até atrair novos moradores à região, ou mesmo favorecer permanências que dos que lá já estão residindo.

A regulamentação das propriedades rurais do pequeno produtor foi vista como oportunidade uma vez que a maioria deles não possui suas propriedades regulamentadas. Essa regulamentação vem dar a eles maior tranquilidade para trabalharem na terra e fazerem os devidos investimentos de melhoria da infraestrutura rural, proporcionando melhor qualidade de vida e aumento do valor econômico da propriedade.

A existência de uma escola agrícola de ensino fundamental anos finais e ensino médio é vista como de grande relevância para a região, pois assim estaria dando a oportunidade aos filhos dos moradores a terem uma formação profissional,

sem que eles precisassem sair de sua comunidade e, ainda, possibilitaria a continuidade dos trabalhos nas propriedades rurais onde moram.

Com relação às fraquezas apresentadas no quadro 1, a ausência da torre de celular foi apontada devido à dificuldade que eles têm em se comunicar com outras localidades, via telefone. Essa ausência de comunicação dificulta a realização de negócios, comunicação entre os familiares, entre outras dificuldades inerentes, proporcionando desestímulos.

A ausência da escola agrícola é vista como uma fraqueza, em razão da necessidade de formação técnica qualificada para promover o desenvolvimento da região. A sua ausência força os jovens a irem para as cidades, e essa convivência urbana os desestimulam a voltarem para o meio rural.

Ausência de uma farmácia é vista como uma fraqueza devido à necessidade de deslocamento até a cidade para a compra de remédios, que não são disponibilizados normalmente no posto de saúde. A ausência do banco do autoatendimento é visto de igual forma; toda vez que precisam de algum dinheiro para realizar seus pagamentos, há a necessidade de se deslocarem até a cidade de Linhares.

Com relação ao posto de saúde, o horário de atendimento é até às 17 horas, de segunda à sexta-feira. A partir desse horário, não dispõem de atendimento. Ainda, conforme podemos constatar a partir do quadro 1, os moradores entenderam que a baixa disponibilidade de máquinas agrícolas é uma fraqueza por não atender, de forma satisfatória, os produtores rurais da comunidade, devido à alta demanda. Dessa forma, muitos dos pequenos produtores, por não terem recursos financeiros para alugar maquinário, deixam de plantar, ou plantam fora da época recomendada. Além disso, a ausência do posto policial é outro aspecto visto como uma fraqueza, devido ao fato de eles se sentirem inseguros quanto ao aumento da criminalidade que vem tomando conta também do meio rural, favorecendo, em muitos casos, o êxodo rural, em busca de maior segurança nas cidades.

Pelo fato de um grande número dos produtores rurais não possuir regularização de suas propriedades, faltando documentação de posse da terra, certificação, cadastro, entre outros documentos que os permitam se associarem, promovendo maior facilidade em seus negócios e maior lucratividade e o fortalecimento da agricultura familiar, foi visto como fraqueza.

Ainda com relação ao quadro 1, foram vistas como ameaças, pelos moradores da comunidade, a violência e as drogas. Como ainda não existe um posto policial, mas já existe asfalto que permite acesso rápido e fácil à comunidade, o trânsito de pessoas de má índole, com intenção de roubos, assaltos e até mesmo de levar as drogas à comunidade está aumentando.

A associação de moradores não foi apresentada na matriz FOFA e está sem atividades por motivo de impasses na sua gestão. A proposta à comunidade é que ela volte a regularizar a associação para conseguirem aderir programas do governo, legitimar o agronegócio e almejar novos empreendimentos e a partir desse grupo buscar melhorias no desenvolvimento local.

No quadro 2, apresentamos o resumo do diagnóstico elaborado a partir do DRP com a Comunidade de Chapadão das Palminhas. Assim, podemos identificar a percepção das pessoas envolvidas nas atividades ali realizadas e o apoio dessa proposta para o envolvimento da comunidade local.

Verifica-se, no quadro 2, que a Comunidade de Chapadão das Palminhas destacou seis fortalezas e três oportunidades. Também foram destacadas duas fraquezas e uma ameaça.

A associação de moradores foi identificada como fortaleza porque eles sabem que é, a partir da associação, que eles conseguem aderir a programas do governo, legitimar o agronegócio e almejar novos empreendimentos que se faz necessário à comunidade local como oportunidade para o desenvolvimento regional e local.

O tratamento de água dessa população é visto como fortaleza, pois evita que os moradores venham a ter problemas de saúde além de conseguirem o plantio de suas hortas caseiras com qualidade e conforto em suas moradias. O acesso à energia elétrica proporciona qualidade de vida para os moradores e possibilita atender demandas, tanto domiciliar quanto ao trabalho do campo.

A escola de educação infantil e ensino fundamental foram destacados como fortaleza porque os moradores valorizam a oportunidade de as suas crianças estudarem perto de suas moradias, evitando os transtornos do deslocamento.

A comunidade valoriza como fortaleza o loteamento de uma área do terreno que era de um único proprietário como uma conquista, pois assim conseguiram adquirir suas moradias em baixo custo. Pessoas que moravam de aluguel na zona urbana, compraram esses lotes, pois era possível a sua aquisição.

O campo de futebol é identificado como uma fortaleza em função de os moradores poderem utilizar esse espaço para seu lazer, bem como incentivar pessoas de outras comunidades a participarem desse esporte e também trazerem suas famílias para o lazer.

O asfaltamento das estradas não foi destacado pela comunidade como via importante de acesso que facilita o transporte da produção local, sem riscos de perder a produção.

Quadro 2 - Resumo do diagnóstico elaborado a partir do DRP com a Comunidade de Chapadão das Palminhas

MATRIZ FOFA	
FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
Associação de moradores	Parcerias
Água	Lagoas
Energia	Agricultura (recebendo apoio, possibilidade de diversificação)
Escola (educação infantil e ensino fundamental anos iniciais)	
Moradias de baixo custo	
Campo de futebol	
MATRIZ FOFA	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Apoio à saúde (ambulância) (ausência de posto de saúde)	
Projeto social com mulheres e jovens	
Transporte coletivo	

Com relação às oportunidades identificadas no quadro 2, as parcerias com órgãos governamentais foi a primeira em função de existirem muitas pessoas do governo municipal atual apoiando a comunidade em suas demandas, além das parcerias com o Sindicato Rural do município, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).

A proposta em discussão, conforme quadro 2, destaca que as fortalezas dessa comunidade prevalecem proporcionando estabilidade nas ações desenvolvidas e encaminhando outras atividades junto ao poder público e parcerias. A localidade tem uma evidência muito forte que é a sua união com a associação de moradores e o apoio da Secretaria de Agricultura do município.

Existem lagoas no entorno da comunidade de Chapadão das Palminhas que a comunidade aprecia como oportunidade para a utilização da natureza em benefício do lazer, do agronegócio, como também do agroturismo, melhorando, assim, a rentabilidade dos proprietários, mas respeitando o ambiente de forma sustentável previsto na legislação.

A atividade relacionada à agricultura do pequeno produtor, nas propriedades rurais de Chapadão das Palminhas, foi vista como oportunidade uma vez que a maioria deles vive com o seu próprio sustento de produções no campo. Porém, há dificuldades em maquinário acessível para adiantar sua produção com mais rentabilidade e qualidade.

A ausência de um posto de saúde é apresentada como uma fraqueza devido à necessidade de eles terem que se deslocar até a cidade para atendimento mais corriqueiro e, eventualmente, atendimento aos primeiros socorros que são disponibilizados normalmente no posto de saúde. Dessa forma, quando precisam pegar algum medicamento, precisam deslocar-se até o posto da Comunidade de Japira.

A segunda fraqueza apresentada pelos moradores de Chapadão das Palminhas foi a ausência de projeto social com mulheres e jovens, que poderiam estar trabalhando, auxiliando na complementação da renda familiar e, de certa forma, contribuindo para a permanência das famílias no campo, agregando valor à produção da agricultura.

Com relação às fraquezas apresentadas no quadro 2, a ausência do transporte coletivo foi apontada, já que eles têm dificuldade de se deslocar para outras localidades. Essa ausência de locomoção dificulta a realização de negócios e comunicação entre os familiares. Apesar da imigração de novos moradores nessa localidade, a comunidade não entendeu como ameaça o tráfico de drogas que pode contribuir para gerar violência entre famílias.

Outra situação que a comunidade não visualizou como fraqueza é a falta de uma escola agrícola de ensino fundamental anos finais e ensino médio. Essa possibilidade é importante e representa uma grande oportunidade para a região, pois promove a formação técnica qualificada e, assim, pode contribuir com o desenvolvimento da região. A falta dessa escola agrícola induz os jovens a se deslocarem para o centro urbano, desestimulando a continuidade com o trabalho no

campo, porque têm a oportunidade de conhecer outras possibilidades que aparentemente são melhores que as atividades do campo.

A Comunidade Chapadão das Palminhas ainda não identificou como ameaça a violência, as drogas e a ausência de um posto policial que proporcione segurança.

4.3 POLITICAS PÚBLICAS LIGADAS AO CAMPO

Na atuação das políticas públicas, a ação do poder público juntamente com a sociedade é elaborada por meio de documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações as quais normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções, as declarações de vontade e as ações desenvolvidas, uma vez que não cuida de evitar a intervenção do Estado na esfera da liberdade individual, mas, sim, em propiciar direitos aos indivíduos, trata do bem-estar social (PEREIRA, 2013).

Na elaboração e a implantação de ações pertinentes às atividades realizadas pelo homem do campo, o poder público contribui com a distribuição e redistribuição de atividades que ajudem a valorização da produção de projetos e interesses diferenciados, viabilizando maior desenvolvimento econômico e atendendo a demanda local por meio de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter eficácia.

A participação dos municípios na receita tributária global proporciona vários encargos e responsabilidades das outras esferas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) distribui competências para cada esfera governamental e, no caso dos recursos próprios, a maioria dos municípios tem autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais.

A dificuldade em realizar tarefas agrícolas deve-se à falta de treinamentos direcionados aos agricultores a fim de colocar em prática técnicas de manejo. A terra detém grande potencial de produção, o que falta é um plano de ação direcionado aos agricultores e, ao mesmo tempo, incentivá-los a diversificar a produção por meio das potencialidades da região.

Para efetivar e usufruir da distribuição e utilização dos recursos públicos, os pequenos produtores devem conhecer as propostas governamentais e dispor de pessoas que gerenciem esses programas destinados ao homem do campo.

Dentre os programas federais e estaduais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações, conforme o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2006).

Esse programa disponibiliza financiamentos principalmente para custeio e investimento de atividades nas propriedades rurais dos pequenos produtores, com taxas de juros de 1,5% a 3,5% dependendo das condições do projeto. O período de reembolso do financiamento é de, no máximo, três anos, com valores podendo variar entre R\$10.000,00 a R\$300.000,00. O Pronaf é um programa de política pública de fomento ao produtor rural de base familiar (IBASE, 2006)

Outro programa que atende a população rural é o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado para apoiar técnica e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e à qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. Esse programa prevê a oferta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para formação tecnológica de jovens e trabalhadores do campo, além da construção de 3 mil novas escolas e investimentos em infraestrutura.

As ações desse programa são voltadas ao acesso e à permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo e é estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica (BRASIL, 2013).

O Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) foi criado pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 522, em 09/04/1997, com o propósito de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação no ensino público fundamental e médio.

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. A proposta de ampliação na jornada escolar é para escolas com Ideb baixo que precisam melhorar na cooperação de esforços entre coordenadores, professores, família e comunidade. O aluno tem seu horário normal de 20h/a semanalmente do ensino regular, ficando na escola para almoçar e, no contraturno, participa de atividades organizadas como acompanhamento pedagógico, com atividades que preservem o meio ambiente e incentivem o esporte e lazer.

Segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), o programa Caminhos do Campo tem por objetivo facilitar o escoamento da produção agrícola, aumentar o fluxo turístico e reduzir problemas ambientais. Esse programa tem por prioridade pavimentar as estradas rurais capixabas ligando as cidades às áreas de maior concentração de agricultores de base familiar. No estado do Espírito Santo, esse programa já alcançou 751,43 Km de estradas asfaltadas no campo, inclusive as comunidades já foram beneficiadas com ele (ESPÍRITO SANTO, 2014).

Ainda seguindo as explicações dessa secretaria, existem mais e 14 mil famílias das áreas rurais que vivem em extrema pobreza e, para esse grupo de famílias rurais, há o programa “Incluir no Campo” que oferece oportunidade para a emissão de documentos, complementação de renda, assistência técnica, comercialização da produção, construção de moradias, cursos de qualificação profissional, acesso a terra, crédito, entre outros. Como explica a Secretaria de Estado de Governo (SEG), para que esses produtores sejam atendidos, é necessário que eles se cadastrem no Centro de Referência de Assistência Social do município e, em seguida, sejam encaminhados para a assistência técnica por meio do Incaper.

O Programa Campo Sustentável, que objetiva promover o desenvolvimento sustentável da pequena e média propriedade rural com o estímulo de diversas ações

integradas voltadas para a adequação e recuperação ambiental e para a otimização e renovação de suas áreas de produção agrícola e florestal. Para essa secretaria, esse programa foi concebido para apoiar os produtores interessados em ações de conservação e recuperação dos recursos naturais, conjuntamente com a melhoria da produtividade agrícola, com ganhos econômicos.

Outro programa bastante abrangente é o “Vida no Campo” que compreende 13 projetos em áreas de infraestrutura produtiva, comercialização e assistência técnica, crédito rural, acesso a terra, habitação e capacitação. O objetivo desse programa é o fortalecimento da agricultura familiar além de geração de renda e qualidade de vida para quem vive no campo (ESPÍRITO SANTO, 2014).

Dos 13 projetos do programa Vida no Campo, será apresentada, a seguir, uma síntese de alguns que podem ser facilmente utilizados para mapear as comunidades em estudo:

- 1. Juventude Rural** – Promove aprimoramento do conhecimento e qualificação profissional, acesso à informação, à inicialização científica, atividades esportivas e culturais como música, teatro e cinema.
- 2. Habitação Rural** – Viabiliza a construção de casas nas propriedades rurais com financiamento. Esse projeto financia os materiais para construção e o produtor viabiliza a mão-de-obra e o terreno para a construção. Além disso, desenvolve trabalhos sociais na comunidade rural, com visitas às famílias e encontros coletivos, abordando temas educativos que contribuam para uma vida melhor no campo e a preservação do meio ambiente.
- 3. Crédito Rural** – Facilita a linha de crédito para a agricultura familiar, por intermédio dos seguintes bancos: Banestes, Sicoob, Banco no Nordeste, Banco do Brasil e Bandes.
- 4. Crédito Fundiário** – Desenvolvido em parceria com o Governo Federal para proporcionar ao agricultor que ainda não tem a posse da terra ou possui pouca terra a oportunidade de comprar seu imóvel rural.
- 5. Titulação de Terras** – projeto que apoia a regularização fundiária de terras de agricultores familiares consideradas devolutas. Com a propriedade regularizada, o agricultor passa a ter maior facilidade de acesso às políticas públicas e às linhas de crédito.
- 6. Empreendedorismo Rural e Agroindústria Familiar** – visa a contribuir para a formalização e ampliação dos canais de comercialização dos produtos, por meio

da capacitação dos produtores rurais em empreendedorismo, disponibilizando assistência técnica e consultoria especializada para elaborar os planos de negócios das agroindústrias e a otimização dos processos tecnológicos, adequando à legislação sanitária, ambiental, trabalhista entre outras, além do fortalecimento do cooperativismo.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra – Programa do Ministério da Educação que dá a oportunidade a jovens agricultores, excluídos do sistema formal de ensino, de concluírem o ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional. A metodologia utilizada é da alternância – intercalando tempo escola e tempo comunidade – adota a pesquisa e o trabalho como princípios educativos, tendo duração de dois anos o curso completo. O programa visa a ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo. Esse programa atende a jovens agricultores(as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos. E, ainda, fornece bolsa de R\$100,00 em 12 parcelas, para cursos com duração de dois anos.

O programa Caminho da Escola foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução do seu preço e ao aumento da transparência nessas aquisições.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2014),

[...] o governo federal, em parceria com o Inmetro, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rurais e urbana brasileira. O programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar.

Essa proposta do governo é de fundamental importância para os estudantes da zona rural que estudam a mais de 4 km de suas residências. Nas vias de transporte para zona urbana, os estudantes passam a ter acesso à escola nos níveis

de escolaridade dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Sem o transporte escolar, a maioria dos estudantes do meio rural não teria oportunidade de continuar seus estudos.

Programas, projetos e ações não governamentais contribuem para que a população rural tenha melhor qualidade de vida, valorização campesina e maior geração de renda, garantindo, assim, que mais pessoas permaneçam no campo e até mesmo atrair novos moradores.

4.4 PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

As localidades em estudo têm buscado melhorias para que o homem do campo tenha possibilidade de moradia, mas com qualidade. Não somente estar no campo, mas ter uma proposta que diferencia uma educação no campo. Nessa proposta pedagógica, é importante uma adequação nas situações em que os alunos conhecem e valorizam as especificidades de sua região, fortalecendo, desse modo, o sentimento de pertence, visão empreendedora e permanência do homem em sua comunidade, gerando desenvolvimento nas atividades do local e diminuindo a migração desses moradores para a zona urbana.

A comunidade de Japira e Chapadão das Palminhas já desenvolvem muitas ações que beneficiam o desenvolvimento rural. Em Japira, houve uma preocupação com a saúde, assim foi construído um posto de saúde que atende tanto a localidade quanto o entorno da região. Já, em Chapadão das Palminhas, há essa preocupação, porém ainda não se efetivou. As duas comunidades dispõem de associação de moradores, que facilita a mobilização de angariar recursos em prol do desenvolvimento local.

Em se tratando de desenvolvimento regional, vale lembrar que é necessária a preocupação com o ambiente para o qual serão propostas ações que visem ao desenvolvimento. Sendo assim, as atividades devem ser pautadas no desenvolvimento sustentável com dinâmica de inovações, mas com restrição ambiental. Ao implantar qualquer atividade, é obrigatório cumprir as leis perante a utilização de instrumentos tecnológicos.

A proposta do plano de ação previsto no plano pedagógico é de proporcionar capacitação aos moradores *in loco* atendendo as peculiaridades da comunidade de Japira e Chapadão das Palminhas, por meio da análise das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças. Quanto às fortalezas e oportunidades, as comunidades apresentam grandes possibilidades para o desenvolvimento em função das potencialidades da região como, por exemplo, a implantação de agronegócio, agroindústria, associativismo e cooperativismo.

Em Japira, há uma grande facilidade de implantar o agronegócio; nota-se a possibilidade de utilizar os produtos cultivados pela região e comercializá-los como a produção de conservas vegetais, doces e salgados, venda das colheitas de vegetais colhidos na terra. A agroindústria, com a matéria-prima cultivada no local, em destaque o leite, tem possibilidade de ser explorada com um grupo maior de produtores por meio do associativismo, cooperativismo e parcerias que, nesse atual momento, os órgãos governamentais e particulares como Incaper, Senar, Sindicato dos Produtores Rurais e Faculdade Pitágoras – Campus Linhares viabilizam esse procedimento.

A proposta está em elaborar um projeto de capacitação que busque resolver as fraquezas e ameaças que estão impedindo a melhoria das condições de vida dessa população. Entre elas: acesso à comunicação, educação, saúde e segurança. Para o acesso à comunicação, foi implantada uma torre de celular, mas só ficou no local por um período insuficiente.

Na área da saúde, há uma preocupação em socorrer as pessoas em atenção primária, pois o posto de saúde tem horário fixo das sete até dezessete horas com atendimento médico. Então, a proposta que será enviada ao poder público, por meio de projeto, é que esse atendimento seja ampliado para vinte e quatro horas, justificando que o posto de saúde atende a comunidade e todo o entorno dessa região.

Para acrescentar o atendimento à saúde, a comunidade almeja abrir uma farmácia que tenha maior variedade de medicamentos disponíveis, passando, dessa forma, a contar com um farmacêutico que, nos dias atuais, já pode receitar alguns medicamentos. Assim, a comunidade terá maior tranquilidade quanto à questão de atendimento e segurança aos primeiros socorros. Em Chapadão das Palminhas, o desafio é ainda maior, pois não há atendimento à saúde no local, os moradores precisam se deslocar para Japira em busca desse atendimento.

No âmbito da segurança local, duas fraquezas mencionadas na reunião realizada com os moradores foram às drogas e a violência. Apesar de já existirem algumas viaturas que percorrem as comunidades, os moradores não consideram suficiente. Então, a comunidade está se mobilizando junto ao governo municipal para implantar um posto policial na região. Os trâmites legais já estão em fase de conclusão de acordo com a fala de uma moradora que é assessora do prefeito.

A agricultura requer alguns cuidados para a melhoria na produção, como a disponibilidade de mais máquinas agrícolas para preparar a terra antes do plantio. Sem o uso dos maquinários, a produção se torna mais vulnerável e pouco produtiva.

A secretaria de agricultura foi convocada para uma reunião e o secretário assumiu o compromisso de disponibilizar máquinas para a região. Outro fator que interfere na vida dos camponeses é a regulamentação das moradias do pequeno produtor, mas eles foram orientados, em reunião, a procurar o Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em alternância do Espírito Santo (RACEFAES), órgão competente para orientar os pequenos produtores sobre questões referentes ao homem do campo.

A proposta do plano de ação previsto, neste trabalho, é de levar essas informações sobre programas, projetos, verbas federais e parcerias com instituições particulares por meio de capacitação para os produtores e moradores da região, com o objetivo de dar oportunidade de melhorias de ensino e aprendizagem para os alunos, produtores e famílias que dependem dos proprietários para garantir o seu sustento. A contextualização das atividades no campo é o ponto principal da capacitação, pensado e planejado de acordo com as especificidades locais.

4.4.1 Ações em Fase de Implantação após a Pesquisa

Detectou-se que muitos recursos e parcerias podem contribuir para o desenvolvimento da região, mas os moradores desconhecem essas práticas e também não acreditam na viabilidade desse processo. O morador do campo já foi muito sacrificado e, sem conhecimento e apoio das conquistas destinadas ao homem rural, muitas situações que poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento, ficaram perdidas devido à falta de informações.

Dentre essas informações, a primeira ação implementada foi na comunidade de Japira, com o treinamento de informática para produtor rural, incluindo jovens a partir de 16 anos e adultos. A turma interessada formou quatro grupos de doze participantes, totalizando quarenta e oito pessoas. O treinamento é realizado nos locais em que os trabalhadores rurais moram, com instrutores do SENAR em parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais do município. Outra ação a ser realizada na comunidade de Japira é de conservas vegetais. Nesse curso, só participarão as mulheres residentes nas comunidades. O objetivo é a produção de conservas para consumo próprio e, futuramente, ser um meio de aumentar a renda familiar.

A ação prevista para a comunidade de Chapadão das Palminhas é o treinamento de doces e salgados. Na discussão com as pessoas presentes na reunião, as mulheres falaram que gostariam de saber fazer salgados para vender no bar de sua região, porque os salgados vendidos nesses locais são advindos de outras localidades. Há cinco mulheres que estão dispostas a se associarem para aprenderem essa culinária com fins de comercializar os salgados nos bares da comunidade. Elas veem, nesse serviço, a possibilidade de empreender seu próprio negócio, garantindo uma renda extra para elas e diminuindo a sua ociosidade na entressafra da colheita do café. No curso de informática, a demanda foi pequena no patrimônio, mas a presidente da associação de moradores está mobilizando regiões vizinhas para preencher o quadro mínimo exigido pelo órgão responsável pelos treinamentos.

É interessante que, até o momento inicial da pesquisa, as pessoas não acreditavam na existência desses recursos federais e que eles poderiam chegar à comunidade gratuitamente. A partir do momento em que foram iniciados os treinamentos, eles acreditaram que é possível.

Nesse primeiro momento, o atendimento foi diretamente aos jovens e mulheres, atendendo os anseios emergentes. Agora que o treinamento já iniciou, eles querem cursos que priorizem a agricultura familiar como meio de incrementar o cultivo de produtos alternativos na região. Após o início dessa mobilização de levar capacitação ao homem do campo no local em que ele está inserido, foram iniciadas atividades de implantação de uma agroindústria de derivados do leite com apoio do Incaper, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Senar e Faculdade Pitágoras – Campus Linhares.

Assim, constatou-se que muitos cursos de capacitação estão disponíveis para o homem do campo, mas, para ter acesso a eles, é necessário que as comunidades se organizem e busquem o apoio junto aos órgãos competentes, capazes de captar recursos oriundos das políticas públicas.

4.4.2 Propostas Pedagógicas na Educação Básica

A educação dispensada ao município de Linhares atende à população desde a educação infantil até o ensino superior, sendo esse atendimento ofertado pelas redes municipal e estadual e pelo ensino privado. Observa-se que, nesse município, existe uma preocupação grande quanto ao atendimento educacional, com políticas públicas voltadas para que a população de quatro a dezessete anos esteja frequentando regularmente a Educação Básica. Em relação ao Ensino Superior, além de ofertar matrículas no ensino privado, possui uma Faculdade Municipal e um Polo de Educação à Distância – Universidade Aberta do Brasil.

O atendimento educacional às escolas do campo fica sob a responsabilidade da rede municipal de ensino, que possui escolas uni e pluridocentes para oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Cada região de abrangência dessas escolas possui características específicas: região litorânea onde se observa extração de petróleo e gás natural; região mais alta onde predomina o cultivo do café e outra região próxima à BR 101 onde se percebe o cultivo de tilápia e de mamão.

Dessa forma, as escolas selecionadas como laboratório de pesquisa ficam situadas, uma em Japira e a segunda em Chapadão das Palminhas (ambas na região alta do município). As duas escolas estão localizadas no interior do município de Linhares, e os moradores são atuantes em busca de melhores condições de vida rumo ao desenvolvimento regional.

Mediante informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação do referido município, constata-se na tabela 1, o número de alunos atendidos na educação infantil e no ensino fundamental anos iniciais em tempo parcial. Os professores são acompanhados pelos pedagogos da SEME em planejamentos,

visitas periódicas nas salas de aula em que atuam e documentação de todo o processo.

As turmas da educação infantil são organizadas conforme critério de idade, como rege o amparo legal da LDB (BRASIL, 1996). São identificadas como creche as turmas que atendem crianças de zero a três anos e pré-escola as que atendem crianças de quatro e cinco anos. No ensino fundamental, as crianças já seguem o mesmo critério da Educação Infantil. O município de Linhares aderiu à implantação do Ensino Fundamental de nove anos, incluindo as crianças de 6 anos nas escolas do Ensino Fundamental. No mesmo ano da implantação dessa lei, a proposta pedagógica foi adequada e a infraestrutura modificada, como salas de aulas adequadas ao ambiente e mobiliário de acordo com o tamanho das crianças.

A partir dos estudos de reuniões por meio da matriz FOFA, as escolas demonstram que o município necessita desenvolver políticas públicas básicas específicas para a educação no campo, desde a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, pois essas escolas atendem turmas multisseriadas, integrando, em uma mesma turma, crianças com idades diferentes para o nível de creche e pré-escola. No ensino fundamental, são formadas turmas dos anos específicos, porém o ensino também acontece no padrão de turmas multisseriadas do 1º ao 5º ano em uma mesma sala de aula com uma única professora.

Além das políticas públicas básicas que precisam ser revistas, é preciso implantar política de escola de anos finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio para os jovens que terminam o Ensino Fundamental I, e escola em tempo integral na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I, pois a família, quando sai para o trabalho (a maioria no cultivo do café), fica o dia todo fora de casa, não podem levar os filhos consigo devido à caracterização de exploração do trabalho infantil e, na maioria das vezes, eles ficam em casa sozinhos no contraturno da escola, correndo risco de ficarem nas ruas ou até mesmo em risco domiciliar. A proposta dessa ação, nessa pesquisa, foi de oferecer às crianças e adolescentes oficinas, aulas de reforço, técnicas agrícolas de cultivo na terra, com a finalidade de não deixar as crianças sozinhas para o contraturno à mercê da própria sorte, enquanto os pais trabalham.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe uma jornada diária de 7 horas para que as crianças se envolvam com a aprendizagem integral. Por definição, quer dizer total, inteiro, global. É isso que se pretende com a educação

integral: desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. Muito mais do que o tempo em sala de aula, a educação integral reorganiza espaços e conteúdos (ZEBINI, 2014).

Nesse sentido, essa realidade de atendimento educacional em tempo integral começou a ser pensada pelo Ministério da Educação (MEC) que, desde 2008, tem oferecido o Programa Mais Educação, acrescentando mais duas horas de atividades extraclasse com oficinas, apoio pedagógico, atividades de esporte, cultura, música, entre outros. Esses alunos permanecem no âmbito escolar, inclusive no horário de almoço.

Implantar um programa como esse em um país em que a maioria das escolas não oferece infraestrutura para esse atendimento, torna-se muito complexo acrescentar mais 50 ou 100 alunos no mesmo espaço. Porém, com a verba federal chegando, as escolas tiveram que pensar em alternativa. Inicialmente, foi implantado, nas escolas municipais da área urbana, salas adaptadas para as crianças de 6 anos, com a ajuda da comunidade, solicitando espaços como salão paroquial das igrejas e complexo esportivo do bairro.

4.4.3 Proposta da Educação do Campo Jovens e Adultos

Na educação, a fraqueza, para os jovens, é a falta do ensino fundamental anos finais e ensino médio. O que se propõe é a implantação de uma escola agrícola polo que atenda as comunidades próximas, porém não existe a proposta oficializada em documento. Todavia, a partir do conhecimento que a comunidade teve sobre recursos federais e parcerias locais, ficou mais fácil ajudar a comunidade a lutar por esses direitos, com capacitação dos jovens em suas atividades, dando-lhes oportunidade de continuarem no campo, mantendo o negócio da família com conhecimento técnico. Além disso, evita que eles se desloquem para as cidades em busca de sua capacitação e, de certa forma, retira-os de uma vulnerabilidade que são as drogas e a criminalidade, pois passam a ficar perto da família.

A escola agrícola, por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo MEPE's, tem como objetivo atender o ensino dos jovens, com atividades de alternância, em que os estudantes assistam a aulas na escola durante

uma semana e, na semana seguinte, eles se deslocam para suas casas, onde aplicarão os conhecimentos adquiridos e, assim, sucessivamente. Isso valoriza o homem do campo, com as suas peculiaridades e cultura, todavia com uma visão global. Esse ensino não é, especificamente, para que o jovem aprenda somente o que está em seu entorno, já que ele deve ter uma proposta de educação com visão de mundo e, a partir desse aprendizado, é ele quem decide se vai permanecer no campo ou não.

Dentre as atividades realizadas a partir da primeira reunião com os moradores das comunidades de Japira e Chapadão das Palminhas, foram discutidas as prioridades da região rumo ao desenvolvimento regional sustentável em curto, médio e longo prazo.

No primeiro momento, foi proposta a capacitação aos moradores do campo no local em que moram, devido à dificuldade de muitos não participarem tanto pela dificuldade financeira para o deslocamento quanto pela falta de disponibilidade do tempo no decorrer desse deslocamento.

Diante do exposto, verifica-se que muitas das fraquezas e ameaças assim como as oportunidades podem ser exploradas a partir das inúmeras políticas públicas. Inicialmente, é preciso que os moradores se organizem em associações, ou reativem a já existente, para que possam, juntos, buscarem os recursos da melhor forma.

Por intermédio do Programa Vida no Campo coordenado pela SEAG, os moradores conseguem recursos para melhorar suas estruturas produtivas, organizar as documentações pendentes, entre outros.

Ficou evidente que a comunidade de Japira possui estrutura física para que sejam elaboradas capacitações para as famílias das regiões em estudo e até mesmo das outras comunidades vizinhas. As escolas comunitárias não são utilizadas durante o período da noite, isso também favorece a ministração de cursos mais particularizados para a comunidade.

Como foi identificado que existe uma ociosidade das mulheres rurais, sugere-se que as capacitações sejam iniciadas por elas, com as atividades ligadas à economia doméstica, industrialização de alimentos, conservas, doces, panificação, corte e costura, entre outros. Essas atividades permitem que sejam armazenadas as sobras da produção agrícola, ou que seja agregado valor à produção.

A partir da organização da produção, é necessária a organização da comercialização, que virá com o apoio à reativação da associação. Nesse sentido, torna-se necessária a capacitação dos produtores nesse assunto, tornando-os capazes de entender a importância de trabalharem associados, trazendo noções e gestão administrativa de uma associação e até mesmo de cooperativa de produtores, para que eles possam gerir a sua própria associação ou cooperativa de forma eficaz, mantendo-a sempre organizada e preparada para o enfrentamento dos problemas e buscando constantemente soluções e apoio para sua região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Para atender a problematização da pesquisa, coloca-se em foco o desenvolvimento da qualidade do ensino na educação do campo, especialmente nas duas comunidades em estudo. Com a discussão, por meio de reuniões, ficou explícito que há práticas pedagógicas vinculadas à realidade do meio rural, despertando o interesse pela continuidade das atividades da região e fortalecendo o sentimento de pertence à sua localidade.

O depoimento adquirido na reunião realizada em cada comunidade deixa claro que eles entendem que a educação é o caminho para planejar e ensinar os alunos a buscarem o desenvolvimento sustentável em suas propriedades, para isso é primordial investir no capital humano e, sobretudo, formar pessoas para a busca de inovações, tecnologias adequadas, planejar e gerenciar os seus negócios com entendimento e competência. Diante disso, a união entre comunidade, sindicato do produtor rural, Senar, Incaper, Faculdade Pitágoras – Campus Linhares, entre outros, poderá gerar forças para a construção de novos saberes para o desenvolvimento econômico, social, educacional e político de uma região.

Para a eficácia desse projeto de capacitação no meio rural, é necessário que as ações educacionais sejam contínuas e com o comprometimento de toda a comunidade em prol de um resultado eficiente. Com a pesquisa, pode-se constatar que as duas comunidades apresentam a mesma quantidade de fortalezas e oportunidades, porém há uma quantidade maior de fraquezas na comunidade de Japira, no quantitativo de nove fraquezas, enquanto que, na comunidade de Chapadão das Palminhas, encontram-se três fraquezas mencionadas. A comunidade de Japira apresenta duas ameaças que são violência e droga. Já, em Chapadão das Palminhas, não houve nenhum item mencionado, porém enfrentam as mesmas ameaças.

As dificuldades sempre vão estar presentes no caminhar dessas conquistas, mas, a partir da pesquisa, ficou nítido que a comunidade acreditava que esse apoio de ações para desenvolver suas atividades no campo, gratuitamente, não chegaria até eles, pois, no percorrer da história, foram muito massacrados e serviam os latifundiários. Porém, quando se iniciou o primeiro treinamento com informática para produtor rural, eles constataram e acreditaram que é possível, até porque a

problemática em estudo era exatamente promover o desenvolvimento sustentável rural por meio de programa de educação continuada no campo, no município de Linhares/ES, devido à população não ter conhecimento das verbas federais e parcerias que viabilizam essas informações, capacitando-os para que haja o desenvolvimento na região.

Os resultados da pesquisa demonstram satisfação nas ações desenvolvidas pelo projeto e as demais atividades que já estão encaminhadas, estimulam o homem do campo a aprender e aperfeiçoar seus conhecimentos, proporcionando qualidade educacional e favorecendo a inserção de atividades e políticas públicas relacionadas ao campo.

As escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais desempenham suas atividades de acordo que é proposto pela SEME. Os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio ainda não possuem o ensino regular na rede estadual e municipal, necessitando, assim, que os jovens se desloquem para a zona urbana, o que é preocupante, pois, além de riscos sociais que esse jovem enfrenta, também é seduzido por alternativa profissional que nem sempre é a melhor escolha.

As políticas públicas educacionais oportunizam aos jovens do meio rural a ampliação da escolaridade, que direciona atitudes sustentáveis no desenvolvimento almejado. No decorrer da pesquisa, contata-se que muitos avanços estão sendo conquistados pelas leis, conferências e debates para a educação do campo com qualidade, desenvolvimento sustentável e movimentam as esferas em nível federal, estadual e municipal.

Portanto, a proposta de capacitação do homem do campo, em sua localidade de origem, contribuirá para mudanças de comportamento no aspecto cognitivo, social, econômico, político e histórico. O município já está sendo agraciado com as metas, em curto prazo, e já estão encaminhadas as propostas em médio e em longo prazo; são propostas dependentes das políticas municipais que precisam ser discutidas por meio dos movimentos e associações. Essa proposta de metas organizadas pela educação do meio rural de Linhares, a longo prazo, pode ser alcançada pela SEME, direcionando futuras pesquisas de mestrado e doutorado na área da educação do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção por uma educação básica do campo, vol. 2, Brasília: MST/Unb/CNBB/UNESCO, 1999.

BOF, A. M. (Org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Livro%20A%20Educacao%20no%20Brasil%20Rural.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Ampliação do ensino fundamental para 9 anos**: 3º relatório do programa. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatorio_internet.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Principais ações e programas de responsabilidade do ministério da educação no PPA 2012-2015**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17429&Itemid=817>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação. **ProJovem Campo – Saberes da Terra – NOVO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17441&Itemid=817>. Acesso em: 12 out. 2014.

CALAZANS, M. J. C. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural (Traços de uma trajetória). In: THERRIEN, J., DAMASCENO, M. N. (Coords.).

Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALIARI, R. A lógica campesina entremeando as concepções de educação do campo. In: **Capacitação Escola Ativa: formação de professores, módulo II, introdução à educação do campo**, p. 9-29. Espírito Santo: UFES/SEDU: nov. 2009.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). **Anuário brasileiro da educação básica.** São Paulo: Moderna, 2013. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG). **Áreas rurais de Apiacá e São José do Calçado contam com novos serviços de comunicação.** Programas públicos para o Campo, 2014. Disponível em: <www.seag.es.gov.br/default.asp>. Acesso em: 23 out. 2014.

EVANGELISTA, A. B.. **A universidade e os professores de escolas rurais: suas concepções e sua prática docente.** 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), Campinas, 2005.

FERREIRA, F. de Jesus; BRANDÃO, E. C.. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, ano V, n. 09, jul./dez. 2011.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G.. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, vol. 20, n. 2, p. 199-217, dez. 2008.

FOERSTE, E. **Parceria na formação de professores.** São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Caminho da Escola: apresentação.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola/caminho-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 15 out. 2014.

GARCIA, T. M. F. B. A riqueza do tempo perdido. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 109-126, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZAGA, E. A.. **Pedagogia da terra**: o curso de licenciatura em educação do campo em Minas Gerais. 2009, 119 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Movimentos Instituintes e Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Relatório Pronaf**: resultados da etapa Paraná. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2006. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 12 de ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Censo Demográfico 2009**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44152_capa_apres_sum.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

JESUS, J. P. de. **A práxis pedagógica no centro estadual integrado de educação rural**: um estudo em educação do campo e agricultura familiar em Vila Pavão/ES. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2012.

KLEIN, S. F.. **Educação do campo**: um estudo sobre cultura e currículo na escola municipal de ensino fundamental Crubixá – Alfredo Chaves – Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2013.

KOLLING, E. J.; NERY, Ir.; MOLINA, M. C. **Projeto popular e escolas do campo**. Coleção por uma escola básica do campo, vol. I. Brasília: MST/Unb/CNBB/UNESCO, 1999.

LINHARES. **Caracterização da região**. Matéria PDI PITÁGORAS Sautor. Disponível em: <<http://www.linhares.es.gov.br/Cidade/Economia.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MARSHALL, S. P. Criando comunidades vigorosas centradas no aprendizado para o século XXI. In: HESSELBEIN, F. *et. al.* **A organização do futuro**: como preparar hoje as empresas de amanhã. São Paulo: Futura, 1998.

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma educação do campo**. (Campo – Políticas Públicas – Educação, vol. 7). Brasília: Incra, MDA, 2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204234-487363-lt_Por_uma_educacao_do_cam-2328841.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

MOREIRA, V. **Educação do campo e docência no contexto da agricultura familiar**: o programa escola ativa (PEA/MEC) no município de Salinas – MG. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, W. B. de. **Educação do campo e formação no/pelo trabalho**: experiências de homens e mulheres do assentamento Sezinio Fernandes de Jesus – MST–ES. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Vitória, 2011.

PEREIRA, L. M. **As dimensões de direitos fundamentais e necessidade de sua permanente reconstrução enquanto patrimônio de todas as Gerações**. Artigo. Disponível em: <<http://www.aems.edu.br/conexao/educacaoanterior/Sumario>>. Acesso em: 6 ago. 2013.

RODRIGUES, C. L. **Educação no meio rural**: um estudo sobre salas multisseriadas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, M. do S. **Os saberes do professorado rural**: construídos na vida, na lida e na formação. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Recife (UFPE), Recife, 2000.

SOPRANI, C. Características regionais do campo capixaba: a contextualização a educação do campo, no campo do Espírito Santo. In: **Capacitação escola ativa**: formação de professores, módulo II, introdução à educação do campo, p. 77-83. Espírito Santo: UFES/SEDU: nov. 2009.

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

SPERANDIO, W. B. **Formação Continuada de professores na escola do campo**: com a palavra os docentes do ensino médio. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: <<http://www.bs.cca.ufsc.br/publicacoes/diagnosticoruralparticipativo.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

ZEBINI, D. **O que é educação integral?** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/educacao-integral-624287.shtml>>. Acesso em: 22 out. 2014.